



**DIÁLOGOS
SOCIOAMBIENTAIS**

SEGURANÇA ALIMENTAR



EDITOR DO VOLUME

**JOSÉ RAIMUNDO SOUSA
RIBEIRO JUNIOR**

abril
2024

volume

07

número

18





DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS

SEGURANÇA ALIMENTAR

Assista ao lançamento da revista no canal YouTube @DialogosSocioambientais pelo QR code abaixo:



Imagem da capa Mutirão da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA). Foto: Marco Toresin, 2023.

Imagens das páginas 2, 12, 33, 44, 54, 92. Marina Rago.

Esta publicação é uma produção do Grupo de Acompanhamento e Estudos de Governança Ambiental (GovAmb) sediado no Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP), e do Laboratório de Planejamento Territorial, sediado na Universidade Federal do ABC. Ela nasceu vinculada ao Projeto Temático FAPESP 2015/03804-9 “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática — MacroAmb”, parte do Programa FAPESP Mudanças Climáticas Globais, coordenado pelo professor Pedro Roberto Jacobi (IEE/

IEA/USP), e que reuniu docentes da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do ABC (UFABC), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e da Universidade São Judas Tadeu. Com o título “Diálogos Socioambientais na Macrometrópole” foram publicados 12 números. Com o término do projeto temático, o projeto editorial passou a tratar de novos territórios e temas e isso resultou em uma mudança de título. A partir do número 13, a revista passou a se chamar Diálogos Socioambientais.

ACOMPANHE-NOS



Editores

Pedro Roberto Jacobi
Luciana Travassos
Andre Pasti
Sandra Momm
Paulo de Almeida Sinisgalli

Editores assistentes

Igor Matheus Santana-Chaves
Ana Lia da Costa Monteiro Leonel
Ingrid Graces
Natalia Teixeira Neves
Leticia Ferreira Dias
Lyvia Fischer

Editor do volume

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

Conselho editorial

Edmilson Freitas
Andrea Lampis
Celio Bermann
Sylmara Dias
Carolina de Pinho
Fernanda Cardoso
Mariana Mencio
Klaus Frey

Diagramação

Marina Rago Moreira

Edição

Vol. 07, n. 18
abril/2024

Sobre a revista

Publicação Trimestral

ISSN 2596-2183

✉ jornalismomacroamb@iee.usp.br

🔗 <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais>

Attribution-NonCommercial 4.0
International (CC BY-NC 4.0)



REALIZAÇÃO



SUMÁRIO

Editorial

- 06 **Uma questão estrutural**
José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

Conjuntura

- 14 **Pode o circuito inferior da economia urbana abrigar os famintos?**
Livia Cangiano Antipon
- 18 **Reforma Agrária e o combate à fome no Brasil: a insistência numa bandeira deixada sempre a meio-mastro**
Yamila Goldfarb e Osvaldo Aly Junior
- 22 **Desigualdades alimentares internacionais**
Thiago Lima e Julia Rensi
- 26 **Segurança Alimentar e Saúde: a necessidade da transformação dos sistemas alimentares**
Dirce Maria Lobo Marchioni
- 30 **Para tirar o Brasil do Mapa da Fome: A retomada das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional**
Lilian Rahal, Erick Brigante Del Porto e Márcia Muchagata
- 34 **Polarização na carne**
Ricardo Abramovay
- 39 **Equidad en la mesa: Asegurando la seguridad alimentaria para todos, hoy y mañana**
Luiz Beduschi Filho e María Ignacia Hadad

Engajamento

- 46 **Cozinhas coletivas, o coração dos territórios**
Adriana Salay Leme
- 50 **Fome, crises alimentares e participação social: a política como conhecimento coletivo e a atuação do COMUSAN-SP**
André Luzzi de Campos, Bruna Rocha e Roberta Moraes Curan

Jovens Pesquisadores

- 56 **Fome na América Latina e Caribe: "O passado é mudo ou continuamos sendo surdos?"**
Beatriz Gomes Cornachin

Artes

- 62 **Vida em mutirão**
Marco Toresin e Marília Simão
- 68 **Rural metropolitano**
Maria Lucia Bellenzani
- 72 **Bisneto da cota: trajetórias imateriais das Folias de Reis e transformações territoriais rurais dos últimos 25 anos em Presidente Olegário, MG**
Gabriel Machado
- 76 **Marmita**
Pablo Vieira

Entrevista

- 80 **A trajetória de uma gestora-militante**
Luci Aparecida Uliana Serra
- 88 **Quem fez esta edição**

Uma questão estrutural



José Raimundo
Sousa Ribeiro Junior

De acordo com os dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) a produção atual de alimentos é mais do que suficiente para satisfazer as necessidades alimentares de todos os habitantes do mundo. Apesar disso, entre os triênios de 2004-2006 e 2020-2022 a quantidade de pessoas em situação de fome (insegurança alimentar moderada e grave) no mundo saltou de aproximadamente 1,6 bilhões de pessoas (21,9% da população mundial) para cerca de 2,3 bilhões de pessoas (29,5% da população mundial). Esses e outros dados explicitam que a fome não é um fenômeno pontual, transitório ou extraordinário. Pelo contrário, eles nos fazem refletir sobre como a fome é um fenômeno estrutural.

No mesmo intervalo coberto pelos dados acima, pudemos observar no Brasil duas tendências opostas em relação à evolução da fome no país. Entre 2004 e 2013, houve uma redução da proporção de pessoas em situação de fome no país, que passou de 21,5% para 10,3%. Essa redução, que não foi desprezível, foi conquistada mediante uma política alimentar estruturada em torno do Programa Fome Zero e do Programa Bolsa Família (carro-chefe do primeiro), assim como de políticas econômicas mais amplas como a valorização do salário mínimo. Esse esforço tirou o Brasil do mapa da fome da ONU, algo inédito na história do país. No entanto, é preciso destacar que a ONU utiliza uma medida bastante restritiva (prevalência de desnutrição crônica) na elaboração do mapa. Além disso, é preciso reconhecer os limites de uma política que, em consonância com os preceitos colocados por organizações internacionais como o Banco Mundial, consegue fazer a gestão da fome por meio de políticas públicas, mas não é capaz de erradicá-la.

A segunda tendência, por sua vez, evoluiu no sentido inverso e apresentou um crescimento expressivo da fome e do risco de fome no Brasil. Mesmo antes da pandemia, um projeto ultraliberal e autoritário reverteu os resultados obtidos em anos anteriores levou a um aumento da quantidade de domicílios sofrendo com a privação de alimentos no país. Em 2018, a proporção de pessoas em situação de fome já tinha passado para 15,9% e, dada a condução desastrosa do país durante a pandemia essa situação tornou-se ainda pior. Em 2022, mais de 30% da população brasileira estava em situação de fome e outros 30% em risco de fome.

Por tudo isso, é importante reforçar que a fome é um fenômeno estrutural. Não apenas por conta de sua magnitude, mas porque historicamente ela foi e continua sendo um elemento central da desestruturação de outros modos de vida, assim como da estruturação e reestruturação das relações sociais capitalistas. A fome e o risco de fome aceleram e intensificam os processos de expropriação, pois as pessoas que estão submetidas à privação de alimentos estão muito mais sujeitadas a ter de se desfazer de seus bens para continuar sobrevivendo. A fome e o risco de fome impelem ao trabalho e fazem com as pessoas se submetam às piores condições laborais por remunerações irrisórias explicitando assim coerção muda das condições econômicas.

O sentido de afirmar que a fome é produzida pela combinação de variados processos de expropriação e exploração inerentes à reprodução social capitalista não é o de fornecer uma resposta simples e definitiva para a compreensão desse fenômeno. Pelo contrário, o objetivo é identificar os fundamentos da crise alimentar em que estamos inseridos (muito desigualmente inseridos, é verdade), para que possamos nos contrapor a soluções ilusórias ou ideológicas que ao invés de erradicarem a fome, reiteram e reforçam as relações sociais responsáveis por sua existência. Neste sentido, somente um projeto político emancipador que reivindica a soberania alimentar pode nos livrar da fome.

Por tudo isso, o presente número da Revista Diálogos Socioambientais é publicado em um momento muito pertinente. Passados os momentos mais críticos da pandemia de Covid 19 e a comoção gerada pelo crescimento intenso e acelerado da fome nesse período, parece que adentramos aquilo que cedo foi anunciado como o “novo normal” ao qual teríamos que nos acostumar. Debruçando-se sobre diferentes objetos e a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas os textos reunidos neste número trazem uma amostra do rico debate que se desenrola em diversos campos do saber acerca da fome e de outros problemas relativos à alimentação.

Conjuntura

Livia Cangiano Antipon parte da indagação acerca da possibilidade de o circuito inferior da economia urbana amparar as pessoas em situação de fome nas cidades. Interpretando a realidade vivida pela população mais empobrecida de São Luís (MA), a autora aponta para a conformação e densificação de uma economia organizada para a “sobrevivência”, comum nas metrópoles do Sul Global. Dentro desse circuito da economia, as atividades relacionadas à alimentação ganham destaque, como demonstra a difusão e adensamento no centro histórico de São Luís de restaurantes, bares, ambulantes com carrinhos e caixas de isopor, vendinhas, mercados e quiosques, que servem primordialmente a uma classe trabalhadora precarizada e faminta. Além disso, a autora identifica que nas ocupações urbanas deste recorte espacial é recorrente à preparação de alimentos a serem comercializados nas redondezas, explicitando assim como nesses casos o trabalho de alimentar a cidade se concretiza a partir da luta pela moradia popular.

Yamila Goldfarb e Osvaldo Aly Junior trazem uma crítica contundente ao projeto de inserção do Brasil na economia internacional por meio do crescimento e fortalecimento do agronegócio, indicando que este é “um modelo que planta fome”. Em sua análise os autores indicam que nas últimas décadas as políticas agrícola e fundiária do governo federal tiveram como principal objetivo elevar exportação de commodities, o que não apenas favoreceu os atores hegemônicos do agronegócio como resultou no aumento do desmatamento e grilagem de terras públicas. Para além, das consequências socioambientais destacam que especialização produtiva agroexportadora, aliada às políticas de redução da regulação estatal no abastecimento de alimentos, tornou o país vulnerável às oscilações dos preços dos alimentos no mercado mundial, sendo um dos fatores responsáveis pelo aumento exponencial da fome e do risco de fome. Por fim, argumentam que somente por meio de uma Reforma Agrária que altere a estrutura fundiária altamente concentrada é possível o Brasil superar a fome e atingir a soberania alimentar.

Thiago Lima e Julia Rensi analisam as desigualdades alimentares internacionais, chamando atenção para o fato de que entre 2015 e 2022 a insegurança alimentar moderada e grave cresceu em todas as regiões do globo, com exceção da América do Norte e Europa. Dentro deste quadro, os autores explicitam as disparidades entre a proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada e grave no campo e na cidade e concluem que, novamente com exceção do que ocorre nos países da América do Norte e Europa, são as pessoas que vivem no campo que estão mais sujeitadas à fome. As disparidades entre os índices de insegurança alimentar moderada e grave no mundo é explicada tanto pelo fato dos países de maior desenvolvimento estarem melhor preparados para enfrentares crises (como aquela provocada pela pandemia de Covid-19), como pelo fato de os países de menor desenvolvimento serem aqueles que mais dependem da importação de alimentos básicos. Deste modo, os autores concluem que a compreensão desta realidade passa necessariamente pela consideração da hierarquia de poder das relações internacionais.

Dirce Maria Lobo Marchioni invoca a necessidade de transformação dos sistemas alimentares, uma vez que esses são identificados como responsáveis por graves ameaças globais à saúde humana e planetária. Por um lado a autora descreve um cenário complexo, no qual mesmo tempo em que cresce a insegurança alimentar, verifica-se um aumento em níveis epidêmicos de problemas como a obesidade e doenças não transmissíveis relacionadas com a alimentação. Ou seja, os sistemas alimentares mostram-se incapazes de oferecer uma dieta saudável para a população. Por outro lado, estes mesmos sistemas alimentares provocam danos ambientais diversos, entre eles aqueles que contribuem com as mudanças climáticas. Neste sentido, a autora conclui que é necessário o envolvimento de todos e políticas públicas que promovam as ações necessárias.

Lilian Rahal, Erick Brigante Del Porto e Márcia Muchagata tratam da retomada das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional a partir da mudança na Presidência da República em 2023 e do desafio de novamente tirar o Brasil do “Mapa da Fome” da Organização das Nações Unidas. Primeiramente, o artigo se debruça sobre a rápida e intensa desestruturação de um trabalho iniciado com a Constituição de 1988 e intensificado durante os anos 2000. Esse desmantelamento, que atingiu políticas de proteção social ligadas direta e indiretamente à alimentação, foi acompanhado de mudanças na estrutura de gastos do governo federal (a Emenda Constitucional 95 ou chamado “Teto de Gastos”) o que impede que o atual governo destine o mesmo volume de recursos que estiveram disponíveis para essas e outras políticas nos mesmos patamares crescentes do período de

2003 a 2014. Frente a essa realidade, destacam que na tentativa de superar esse conjunto de desafios, foi lançado em 2023 o Brasil sem Fome com ações de combate à fome e à pobreza envolvendo 24 ministérios e que têm o objetivo comum de garantir que o Brasil saia definitivamente do Mapa da Fome.

O artigo de **Ricardo Abramovay** tem como objeto lugar das carnes no sistema agroalimentar global. Partindo da divergência em torno da Declaração de Dublin (resultado de uma conferência em que reconhecidos pesquisadores defenderam a importância dos produtos animais para o consumo e para os serviços ecossistêmicos) o autor aponta para os riscos da contaminação do debate sobre o sistema agroalimentar pelo ambiente da polarização. Para Abramovay, o maior desafio que enfrentamos atualmente remete à superação da monotonia dos sistemas agroalimentares que se manifesta na perda de diversidade de cultivos agrícolas, na produção animal e na importância crescente dos ultraprocessados nas dietas. Ecoando as palavras do mais importante protagonista da Revolução Verde (Norman Borlaug), o autor defende uma redução da quantidade de proteínas da dieta, a realização da pecuária bovina em áreas de pastagens naturais e a busca por caminhos que regenerem os serviços ecossistêmicos nas áreas de pastagem da Amazônia (métodos regenerativos). Assim, segundo Abramovay, os mercados consumidores receberiam a sinalização de que a diversidade do que se come é mais importante que a ingestão ilimitada de produtos animais.

Luiz Beduschi Filho e María Ignacia Hadad defendem a necessidade de um enfoque integral na transformação dos sistemas agroalimentares, que empodere as comunidades e busque a equidade nas decisões para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente àquele que remete à erradicação da fome. Os autores reconhecem que dada a disponibilidade global de alimentos, a persistência dos níveis atuais de insegurança alimentar revela um problema estrutural. Tomando como recorte espacial da análise a América Latina e o Caribe, indicam que os eventos climáticos extremos têm complicado ainda mais o acesso de comunidades vulneráveis a alimentos saudáveis. Neste sentido, defendem a atuação da FAO no sentido de impulsionar sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis.

Engajamento

O artigo de **Adriana Salay Leme** nos convida a pensar as cozinhas comunitárias e solidárias, como equipamentos que questionam a lógica que separa a assistência e dos direitos. Dada a diversidade de projetos existentes e a dificuldade em propor uma diferenciação precisa e restrita entre eles, a autora denomina essas iniciativas como cozinhas coletivas e explicita como elas se configuram como um “lugar do fazer político cotidiano”. Sua interpretação é informada por sua experiência no projeto Quebrada Alimentada e aponta para a possibilidade de pensarmos a potência política de ações que promovem o acesso aos alimentos sem a mediação do dinheiro.

André Luzzi de Campos, Bruna Rocha e Roberta Moraes Curan trazem uma problematização acerca do papel da participação e do controle social em São Paulo a partir da atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN). A partir de uma análise que vai do local ao global e que considera desde depoimentos de conselheiros do COMUSAN, passando pela legislação referente ao Sistema Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), até a adesão do município de São Paulo ao Pacto de Milão, os autores concluem que os ambientes institucionais de governança da Segurança Alimentar e Nutricional ainda possuem dificuldade de incorporar os saberes, tecnologias e conhecimentos distintos. Ao mesmo tempo, identificam várias ações ou práticas recentes do COMUSAN que têm como objetivo promover uma perspectiva holística das políticas públicas.

Jovem Pesquisador

Beatriz Gomes Cornachin se debruça sobre o cenário alimentar da América Latina e Caribe e busca interpretar, a partir do passado colonial, as semelhanças e diferenças existentes entre os países que compõem esta parte do mundo. Utilizando dados de um relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre o panorama segurança alimentar e da nutrição no referido recorte espacial, a autora demonstra que de maneira geral os países estão muito distantes de acabar com a fome e assim atingir as metas do segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Em seguida, a autora analisa a situação do Caribe, onde os indicadores são muito mais graves que na América Latina, chamando atenção para as enormes diferenças existentes entre Cuba e Haiti. A autora conclui que, em que pesem as dificuldades impostas pelos Estados Unidos aos dois países (do bloqueio à imposição da cartilha neoliberal), a situação do Haiti é hoje muito mais grave dada sua falta de soberania.

Entrevista

Na entrevista com **Luci Aparecida Uliana Serra**, Secretária Adjunta de Segurança Alimentar de Diadema, temos a oportunidade de acompanhar diferentes momentos da trajetória de uma gestora-militante que em muitos sentidos explicita os desafios para a efetivação das políticas alimentares no Brasil, particularmente na escala municipal. Tendo atuado em diferentes gestões públicas municipais da Grande São Paulo desde o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, Luci consegue explicitar a abrangência e complexidade das ações que buscam garantir uma alimentação saudável em uma metrópole atravessada pelo empobrecimento de sua população. A partir de um olhar informado pelo território em que atua, ela articula diferentes aspectos que seriam imprescindíveis para a superação dos problemas alimentares, passando pela importância da relação entre as diferentes esferas de governo (do federal ao municipal) até a conscientização da população de que a alimentação é um direito básico.

Artes

Na seção de Artes se apresentam quatro formas de abordar a temática da Segurança Alimentar. Marco Toresin e Marília Simão apresentam fotos do filme **Vida em Mutirão**; sobre o **Rural Metropolitano**, Maria Lucia Bellenzani mostra a temática da produção e comercialização agrícolas, com fotografias que ilustram sua experiência de pesquisa de doutoramento; Gabriel Machado, em **Bisneto da Cota**: Trajetórias imateriais das Falias de Reis e transformações territoriais rurais dos últimos 25 anos em Presidente Olegário, MG, apresenta imagens do seu Trabalho de Conclusão de Curso na UFABC; por fim, Pablo Vieira nos traz **Marmita**, uma obra produzida a partir da reflexão sobre a sua experiência com distribuição de comida para população de rua durante a pandemia de COVID-19 na região chamada de Cracolândia, no centro de São Paulo.



Milhos crioulos perdurados na cozinha.
Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Bahia), 2016.



CON
JUN
TURA

Pode o circuito inferior da economia urbana abrigar os famintos?



Livia Cangiano
Antipon

A pandemia de Covid-19 coloca a questão alimentar no centro do debate sobre as formações socioespaciais contemporâneas, seja no que se refere à organização dos sistemas alimentares, seja pelos alarmantes dados de aumento da fome, sobretudo nas periferias do Sul Global, caso do Brasil. Porém, é importante dizer que a fome aumentou mesmo antes de a crise sanitária se instalar no país, em março de 2020¹. Essa informação é relevante para compreendermos tal fenômeno em sua característica estrutural, como um produto da reprodução capitalista no espaço (RIBEIRO JUNIOR, 2021).

Diante disso, este texto discute os dados sobre fome e indicadores sociais anteriores à pandemia, refletindo acerca do aprofundamento da pobreza e da precarização do trabalho em São Luís (MA), capital do estado brasileiro com um dos maiores índices de fome e risco de fome. Sugere-se que tais aprofundamentos conformam e densificam uma economia organizada para a “sobrevivência” desses sujeitos empobrecidos nas metrópoles do Sul Global – sobretudo àquelas atividades organizadas em torno de um mercado popular de alimentação.

Esse mercado alimentar se enquadra em nossas investigações a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), a qual entende a cidade como um sistema econômico formado por circuitos interdependentes e complementares. De um lado, o superior, resultado direto da modernização tecnológica e organizado por grandes empresas representativas de uma economia globalizada – como as grandes redes de distribuição e comercialização dos alimentos. De outro, o inferior, um mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2005), organizado por atividades de pequenas dimensões, trabalho intensivo e destinado às classes de menor renda, com característica de sobrevivência – vendinhas, quiosques e vendedores ambulantes, por exemplo.

Em 2017, mais da metade da população maranhense (52,4%) sobrevivia com menos de R\$ 406,00 por mês². Se o acesso ao alimento se dá principalmente por meio de compra e venda, fica evidente que a

Palavras-chave: Fome; Circuito Inferior da Economia Urbana; Mercado Popular de Alimentação; Pobreza Urbana; São Luís (MA).

1. Análise da segurança alimentar no Brasil. Pesquisa de Orçamento Familiares 2017- 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

2. IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

população do Estado já vivia, à época, em situação de vulnerabilidade alimentar. O último relatório publicado pelo IBGE³ sobre o assunto destaca o Maranhão como o estado em que 66,2% da população vivenciava, antes da pandemia, a fome ou o risco de fome – a maior porcentagem do Brasil.

Além disso, apenas 32,8% da população maranhense tinha acesso aos direitos básicos, como salário-mínimo, e a maioria também não era contemplada pelos mecanismos de proteção social, uma vez que as menores proporções de trabalho formal do Nordeste encontravam-se no Maranhão, Estado com o segundo menor rendimento médio mensal habitual da nação: R\$ 1.376⁴.

O salário-mínimo brasileiro, de fevereiro a dezembro de 2020, era de R\$ 1.045,00⁵. Em São Luís (RIBEIRO FILHO, 2020), os trabalhadores formais (22,32% da população), entre 2018 e o primeiro trimestre de 2020 ganhavam aproximadamente R\$ 1.462,00. Já a média salarial dos empregos informais nesse mesmo período, referentes a 20% da população de São Luís, foi de R\$ 2.532,00. Apesar de não haver informações oficiais sobre o valor da cesta básica na cidade, a média brasileira de gastos mensais com isso, em março de 2020, foi de R\$ 450,99⁶. Associando os dados nacionais sobre gastos com cestas básicas à análise dos salários dos trabalhadores formais e informais da população ludovicense, podemos afirmar que, para o trabalhador dessa cidade garantir sua sobrevivência, o ganho pelo seu labor deveria ser quatro vezes maior do que o mínimo estipulado⁷.

Diante de tamanho aprofundamento da pobreza no Brasil, do alto custo da sobrevivência básica e reconhecendo o papel das grandes cidades na contemporaneidade, sobretudo para os sujeitos mais empobrecidos, levantamos as seguintes questões: como essas pessoas sobrevivem? Quais formas elas encontram para acessar o alimento na cidade? Estariam elas cada vez mais inseridas nos circuitos econômicos próprios da pobreza urbana? Tais circuitos seriam responsáveis por dinamizar a circulação do alimento para os sujeitos periféricos, estando também relacionados com os demarcadores sociais da diferença (classe, raça, gênero)?

Vale ressaltar que, sobretudo nas grandes cidades, a rotina intensa de trabalho de boa parte dos trabalhadores, obriga que os mesmos tenham que se alimentar nas ruas. Tal movimento, somado à também necessidade de obtenção de renda por outra parcela trabalhadora da cidade, desencadeia o crescimento de instituições alimentares que se estruturam em forma de “abrigo” para esses sujeitos. Daí a proliferação de restaurantes, bares, ambulantes com carrinhos e caixas de isopor, vendinhas, mercados e quiosques voltados ao consumo popular. Isso aumenta em proporção direta com a ascensão de uma classe trabalhadora precarizada e faminta – tanto pela necessidade de reduzir os custos de reprodução nos locais de circulação cotidiana, o que inclui a busca por refeições mais baratas, quanto porque certos trabalhadores geram renda vendendo e distribuindo alimentos na urbe, o que reconhecemos como parte do circuito inferior da economia urbana (ANTIPON; CATAIA, 2018).

3. Idem, 2020.

4. Idem, 2017.

5. DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2020.

6. Ibidem.

7. O salário necessário, estipulado para março de 2020, foi de R\$4.366,51 (DIEESE, 2020).

Assim, o aprofundamento da pobreza estrutural, especialmente a partir de 2016⁸, potencializou determinado uso do Centro Histórico de São Luís com o adensamento dessas atividades. Estas se manifestam nos múltiplos pontos de comercialização popular de alimentos e conformam uma situação alimentar urbana composta por trabalhadores e fornecedores de comida aos trabalhadores dependentes desse circuito para manutenção de suas rotinas. São comercializadas refeições prontas, com predominância de ingredientes regionais (juçara, mandioca, bolo de aipim, tapioca com queijo e coco, café com leite e suco de frutas), bem como itens a serem preparados em casa.

Pesquisas documentais e dados secundários evidenciam o aumento da pauperização em território nacional, mas os trabalhos de campo também revelam os processos de empobrecimento e precarização do trabalho, somados às distintas maneiras cotidianas de sobrevivência nos interstícios do Centro Histórico de São Luís.

No trabalho de campo realizado em março de 2020, por exemplo, foi possível descobrir que as primeiras cestas básicas distribuídas em São Luís na pandemia de Covid-19 destinaram-se aos vendedores ambulantes, sobretudo os da alimentação. Mesmo diante do risco de exposição ao vírus, esses sujeitos continuaram a trabalhar no núcleo central da cidade, não raro envolvendo a família inteira para manter o negócio “e não correr o risco de morrer de fome”⁹.

A precariedade do trabalho é patente: muitos trabalhadores e trabalhadoras moram nas periferias de São Luís e realizam longos deslocamentos até o centro, muitas vezes em precários transportes coletivos. Se não podem pagar por estacionamento para guardar seus equipamentos de trabalho (carrinho, estoque, botijão de gás etc.), retornam caminhando com seus pertences pelas velozes – portanto violentas – avenidas da cidade.

Cresce também a associação do circuito inferior da economia à concentração de ocupações urbanas nos casarões do Centro Histórico de São Luís, abrigo para parte desses trabalhadores. Averiguamos a origem de tais grupos: trata-se de migrantes da baixada ocidental maranhense e moradores das periferias da cidade, que veem no núcleo central uma oportunidade de gerar renda e reduzir seus custos de vida – buscam, majoritariamente, morar próximos aos seus locais de trabalho.

Tais ocupações, além de constituírem espaços de luta, são os lugares onde boa parte dos sujeitos que ali habitam – sobretudo as mulheres negras – preparam os alimentos a serem comercializados no Centro Histórico.

Revela-se, dessa maneira, o papel fundamental de diversos sujeitos no espaço urbano, cujo trabalho de alimentar a cidade se concretiza a partir da luta pela moradia popular. Suas práticas alimentares domésticas e cotidianas se reproduzem tanto como atividade econômica, de sobrevivência, quanto como um movimento de resistência contra a escassez vivenciada por trabalhadoras e trabalhadores precarizados.

Assim, o circuito inferior da economia, ao abrigar a pobreza urbana das metrópoles, revela a realidade dos sujeitos que travam uma batalha diária para existirem em seus lugares, buscando os recursos mínimos que garantam sua sobrevivência em mercados populares, sobretudo neste grave período de aprofundamento da fome em território nacional.

8. Cf. IBGE (2017) e ANÁLISE... (2020). É evidente o quanto o golpe político institucional de 2016 alterou as estruturas econômicas do país.

9. Fala de um dos trabalhadores entrevistados na ocasião.

Referências

ANTIPON, L. C.; CATAIA, M. A. Mercado socialmente necessário e situação alimentar em Campinas: território, desigualdade e resistência. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 591-606, 2018.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. (org.). **Formas em Crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO FILHO, W. F. (ed.). **Boletim de conjuntura do município de São Luís**. São Luís: DIIE: SEPLAN, 2020. v. 1.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 105, p. 15-39, 2021.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1979.



Reforma Agrária e o combate à fome no Brasil: a insistência numa bandeira deixada sempre a meio-mastro



Yamila Goldfarb



Osvaldo Aly Junior

Criada em 20 de setembro de 1967 no Rio de Janeiro, durante a ditadura civil-militar, com o objetivo da defesa da democratização do acesso à terra no campo, através da concretização da reforma agrária, a ABRA, Associação Brasileira de Reforma Agrária, cresceu apoiando a luta dos movimentos sociais, primeiramente a CONTAG e mais tarde, nos anos 1980, o MST. A ABRA busca apoiar a luta dos movimentos sociais, unindo-se a outras entidades e intelectuais que defendem a agenda da Reforma Agrária, da democracia e da justiça social e econômica no campo.

O motor base inicial da organização da ABRA foi a frustração na implementação do Estatuto da Terra, durante o governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969). Posteriormente, desde a redemocratização e após a Constituição de 1988, a atuação da ABRA se pautou na defesa da Função Social da Propriedade (Artigo 5º e 186º), na materialização dos princípios fundadores da República (Artigo 3º) e na defesa do meio ambiente como um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida (Artigo 225º)¹ como elementos da redemocratização do país e da reparação dos direitos negados aos camponeses e ex-escravizados.

Entendemos que estes três artigos são a base da questão agrária na atualidade brasileira, isto é, que a nossa questão agrária está ligada à concentração da terra, ao modelo de produção hegemônico pelo agronegócio que leva à destruição dos recursos naturais (água, solo e biodiversidade) e compromete a vida humana bem como nossa soberania e segurança alimentar. Acrescentemos ainda as consequências das mudanças climáticas, cujo principal responsável em nosso país é o agronegócio.

1. Artigo 3º - CF 1988 - Constituem objetivos fundamentais da República Brasileira: (I) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; (II) Garantir o desenvolvimento nacional; (III) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades regionais; Artigo 5º - XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; Artigo 186º - a função social é cumprida quando a propriedade atende simultaneamente segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em Lei, aos seguintes requisitos: (I) aproveitamento racional e adequado, (II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, (III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho, (IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores; Artigo 225º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Fome; ABRA; Função Social da Terra.

Questão Agrária e projeto nacional

Existe hoje um claro projeto de crescimento agropecuário hegemônico, da chamada economia política do agronegócio no espaço rural brasileiro (Delgado e Leite, 2022), promovido pelos sucessivos governos através das políticas agrícola e agrária federais. Elas impõem graves consequências tanto sociais, econômicas, ambientais, como culturais à sociedade brasileira, especialmente ao campesinato, populações tradicionais e originárias, e de trabalhadores rurais que habitam o meio rural e as periferias de nosso país.

Essas consequências podem assim ser resumidas: 1) contínuo processo de agravamento da desigualdade fundiária; 2) superexploração e destruição dos recursos naturais, do meio ambiente e do espaço rural; 3) conflitos e violência contra povos do campo, das águas e das florestas; 4) crises periódicas e prolongadas tensionando o abastecimento e a soberania e segurança alimentar, em favor de uma agricultura de exportação que não gera riquezas ao país; e 5) destruição da nossa saúde, da base e cultura alimentar em detrimento de alimentos super processados baseados na produção com uso de transgênicos, aditivos químicos e agrotóxicos. Entendemos que esses problemas não poderão ser resolvidos pelo sistema hegemônico, pois são por ele gerados.

A resolução da Questão Agrária hoje clama por políticas públicas de outro gênero e por um projeto que reafirme a soberania nacional e a consolidação democrática. Isto significa uma regulação do setor agropecuário. Olhar para esse segmento com base nos princípios da Constituição de 1988 mencionados e não apenas de ações residuais e de caráter compensatório. Sem isso não iremos enfrentar os problemas da pobreza, da democracia, das mudanças climáticas, da produção de alimentos saudáveis, do não envenenamento de nossos rios, solo e pessoas.

No entanto, as políticas agrícola e fundiária do governo federal implementadas ao longo das duas últimas décadas, reproduzem até o presente o único objetivo estratégico de elevar substancialmente a exportação de ‘commodities’, especialmente para rações animais, desequilibrando por completo a produção agropecuária, ao mesmo tempo em que expande desmesuradamente o mercado de terras na fronteira agrícola, tolerando e até mesmo incentivando o binômio desmatamento e grilagem de terras públicas à revelia da ordem constitucional.

Dessa forma não é possível aceitar políticas que ofereçam ao agronegócio essas cinco benesses, sem nenhuma contrapartida: a) tributação zero nas exportações de ‘commodities’; b) baixíssima tributação no Imposto de Renda (Cédula ‘G’); c) grande volume de crédito rural, com subsídios de juros e seguro do crédito pagos pelo Tesouro; d) Imposto Territorial Rural próximo de zero; e) política cambial ativa (desvalorização cambial) nas conjunturas de queda dos preços externos das ‘commodities’. São esses privilégios o que mantém as margens de lucro do agronegócio exportador.

Enquanto isso, a política fundiária federal cede às pressões privadas por ampliação do mercado de terras, descumprindo a CF 1988 e permitindo a apropriação indevida das terras públicas, desconhecendo a pré-jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI n. 5.623/2016²), deixando os órgãos gestores fundiários federais (INCRA, IBAMA, ICMBIO,

2. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.623 de 2016, assinada pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) questionou a Lei 13.178/2015 de ‘regularização fundiária’ que trata da alienação de terras públicas em faixas de fronteira. No Acórdão da Ministra Relatora (Carmen Lúcia) coloca acolhimento do princípio da ‘conformidade constitucional’ em todos os casos de alienação de terra pública, o que significa dizer que Terras Indígenas bem como quilombolas possuem prioridade como destinação dessas áreas.

AGU e SPU) paralisados ante as “regularizações fundiárias” de terras públicas griladas. Reza a Constituição Brasileira que os órgãos gestores, no que se refere à destinação das terras públicas (também chamadas de Terras Devolutas), devem primeiramente atender às demandas das Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Terras de Comunidades Remanescentes de Quilombos e por fim, dos Projetos de assentamentos da Reforma Agrária. Somente após o esgotamento dessas opções é que se pode abrir para o interesse privado por meio de licitações públicas. Não é isso que tem acontecido com grande parte das terras públicas em nosso país. Vale colocar que no âmbito estadual essa situação também se repete, como é o caso de São Paulo onde o governador Tarcísio de Freitas tenta “regularizar” terras griladas.

Um modelo que planta fome

A especialização produtiva agroexportadora, com apoio do sistema de crédito oficial, somada à redução da regulação estatal no abastecimento de alimentos, o que inclui políticas de estocagem, controle de preço e garantia de renda aos produtores, são responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade alimentar da população, seja em quantidade como em qualidade. Qualquer elevação nos preços dos alimentos produz um aumento exponencial da fome ou risco de fome para a população.

Isso porque além da ausência de uma política efetiva de controle de preços ao consumidor, ocorre uma queda gradual na produção de alimentos básicos, seja em área cultivada, seja no não acompanhamento do aumento da produtividade de forma proporcional ao crescimento populacional, o que na prática implica numa queda da disponibilidade de alimento para a população. Assim, acesso e disponibilidade, duas dimensões fundamentais da garantia de segurança alimentar e nutricional ficam altamente ameaçadas.

A ABRA defende que no âmbito do governo federal as políticas de abastecimento estejam atreladas a um zoneamento agro-hidro-ecológico que conecte a política agrícola dos Plano Safra, juntamente com a fiscalização do cumprimento dos Artigos 3º, 5º, 186º, 225º da nossa Constituição Federal. Essa iniciativa juntamente com outras políticas como investimento em infraestrutura, assistência técnica, acesso à educação e capacitação etc. permitiriam de fato uma transição agroecológica. Não é possível, por exemplo, se falar em alimento saudável e combate à fome sem acesso à água pela Agricultura Familiar.

Para tanto, a sociedade como um todo precisa decidir se esse modelo de economia política está em consonância com a sua visão de futuro para o país. É preciso discutir uma regulação efetiva que permita uma transição ecológica e para tanto, é preciso alterar as subvenções dadas incondicionalmente pelo Estado a um setor que destrói a natureza, os recursos naturais e compromete a existência humana no planeta. Trata-se de enfrentar o debate acerca do modelo de sociedade e de desenvolvimento que se deseja para o país e seu povo. Desejamos uma inserção subordinada e dependente que reedita o padrão colonial onde se vende barato e se importa caro? Se faz necessário um debate público acerca dos custos sociais, ambientais, econômicos e culturais dessa opção que se apoia numa balança comercial superavitária a partir da exportação de bens primários. No entanto, o saldo das transações correntes externas, que não se limita apenas às trocas comerciais, revela o verdadeiro balanço de divisas, com déficits profundos. Na Conta de Serviços e Rendas, que corresponde à prestação de serviços e outras transações, dentro das quais estão incluídos os

principais itens de gasto líquido do Agro (seguros, fretes, juros, lucros, assistência técnica, patentes/royalties etc.) há uma longa trajetória de déficits que só vêm aumentando mesmo com os superávits da Balança Comercial. Isso evidencia as trocas desiguais. O déficit em conta corrente é um indicador preciso para mostrar o empobrecimento da economia brasileira e sua dependência de investimentos, tecnologias e serviços de outros países. (Mitidiero e Goldfarb, 2021)

Logo, o que temos é um quadro de suicídio da economia do país que aprofunda ainda mais as contradições desse projeto nacional ausente de real soberania. Enfrentar a fome, as mudanças climáticas e a questão agrária exige discutir esse modelo de inserção na divisão internacional do trabalho. Só assim a questão agrária e reforma agrária na atualidade poderão enfrentar temas como a exclusão populacional do campo, o combate a pobreza, a garantia da produção de alimentos saudáveis da cesta básica e que respeitem as culturas alimentares regionais, as mudanças do clima e, reafirmar o papel da boa gestão do solo (da propriedade privada e das terras públicas) É no enfrentamento e superação desses problemas nacionais que se construirá uma real soberania.

O que tivemos até o momento foi uma política de assentamentos e não Reforma da Estrutura Fundiária de fato. A Reforma Agrária e, portanto, a defesa constitucional da Função Social da Terra e da destinação das terras públicas devem ser tidas como questões prioritárias na estruturação das condições de combate à vulnerabilidade das famílias, nas estratégias de segurança e soberania alimentar e nutricional, e na defesa da soberania territorial. Sem um novo projeto nacional que rompa com o padrão de dependência, não há Reforma Agrária. E sem Reforma Agrária não há enfrentamento real à fome no Brasil. Essa bandeira tem sido deixada sempre a meio-mastro pelos governos. A ABRA entende que ela deve ser prioridade num projeto soberano, justo e sustentável de país.

Referências

DELGADO, Guilherme e LEITE, Sérgio Pereira. Agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. Revista Rosa número 2, volume 6. 14/12/2022. Disponível em <https://revistarosa.com/6/agro-e-tudo>

GOLDFARB, Yamila. A armadilha primária exportadora e os impactos na segurança alimentar e nutricional de países do cone sul. 2023. No prelo.

MITIDIERO JR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O Agro não é tech, não é pop e muito menos Tudo. Mudança climática, energia e meio ambiente. Análise. Fundação Friedrich Ebert. Associação Brasileira de Reforma Agrária. Setembro de 2021. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria da dependência. São Paulo. Ed. Boitempo, 2012.



Desigualdades alimentares internacionais



Thiago Lima



Julia Rensi

Nos últimos anos, tem sido comum ouvirmos a denúncia de que a fome está aumentando no mundo ou que a insegurança alimentar global está se agravando. Mas, onde no mundo a fome está aumentando? Em que parte do globo a insegurança alimentar se recrudescer? Estas perguntas são relevantes porque muitas vezes os termos ‘mundo’ e ‘global’, se empregados sem qualificações, diluem as especificidades e, como em um exercício de média, podem fazer perder de vista importantes singularidades. Por isso, ao invés de pensarmos em fome global ou mundial, pode ser mais frutífero trabalharmos com a distribuição internacional da fome. O termo internacional evoca, naturalmente, uma perspectiva de diferentes nações, povos e países.

O que acontece, então, quando olhamos para os dados da insegurança alimentar em perspectiva internacional? Se considerarmos a série histórica disponível para esse índice, que vai de 2015 a 2022 e que está publicada no relatório anual da FAO “The State of Food Security and Nutrition in the World”, de 2023, notamos que a insegurança alimentar moderada e grave cresceu em todas as regiões, com exceção daquela denominada América do Norte e Europa (Ver figura). A estatística para o conjunto das nações mostra que a insegurança alimentar moderada e severa subiu de 21,7%, em 2015, para 29,6% em 2022. A maior carestia foi observada na África, saltando de 45,4% para ultrajantes 60,9% no mesmo período. Na região da Europa e América do Norte (que exclui o México), em contraste, houve diminuição de 9,3% para 8%, no espaço de oito anos, ainda que com um leve aumento nos últimos três. Já a região da América Latina e Caribe teve um aumento de mais de 10 pontos percentuais, portanto, acima da média global, crescendo de 27,3% para 37,5%, com oscilações relevantes. Na Ásia, região econômica mais dinâmica do mundo, a elevação foi de 17,7% para 24,2%, mesmo com o extraordinário avanço da China.

O que o relatório nos mostra em dados estatísticos não é algo exatamente novo. Afinal, diferentes perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento das relações agroalimentares internacionais ao longo da História concordam que a superação da fome nos países desenvolvidos decorreu, em grande medida, das relações de poder estabelecidas inicialmente com os processos de colonização e, posteriormente, com a configuração de diferentes ordens internacionais (ver McMichael, 2017)¹. Obviamente,

Palavras-chave: insegurança alimentar; desigualdades alimentares; urbanização.

1. MCMICHAEL, Philip. Regimes alimentares e questões agrárias. Editora Unesp; Editora UFRGS, 2017.

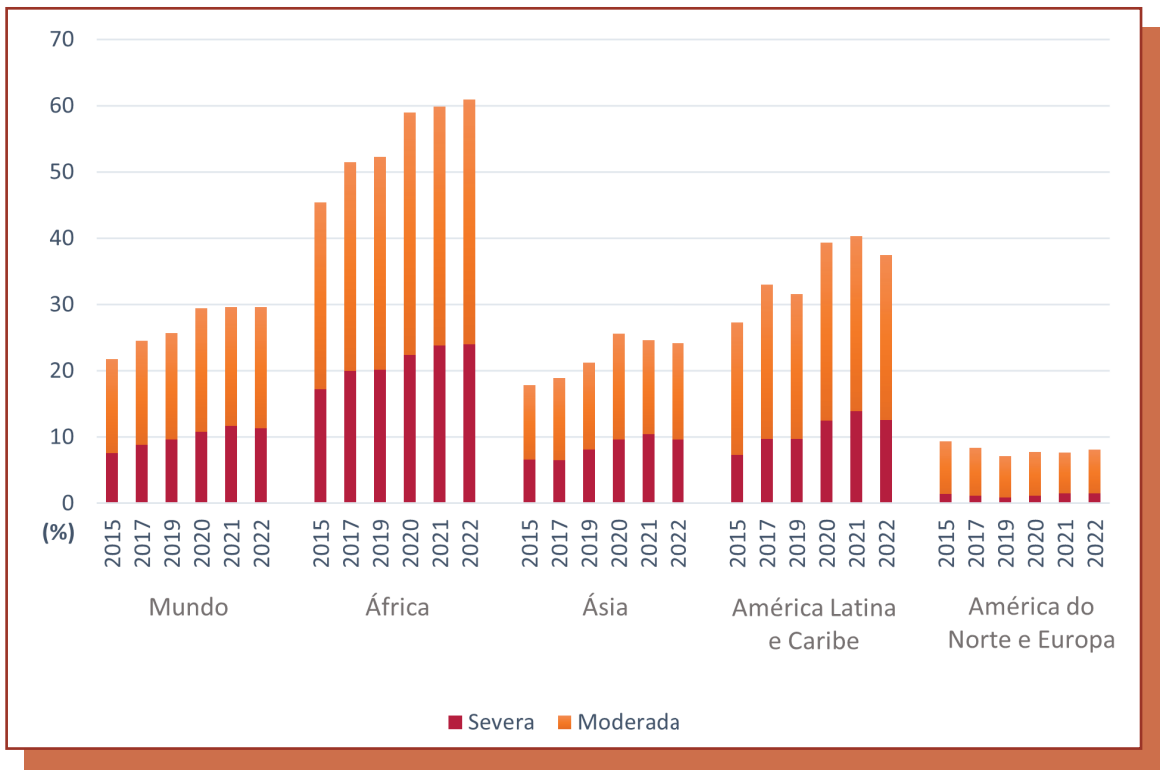


Gráfico 1. Desigualdades alimentares regionais. Fonte: elaboração própria com base em FAO (2023).

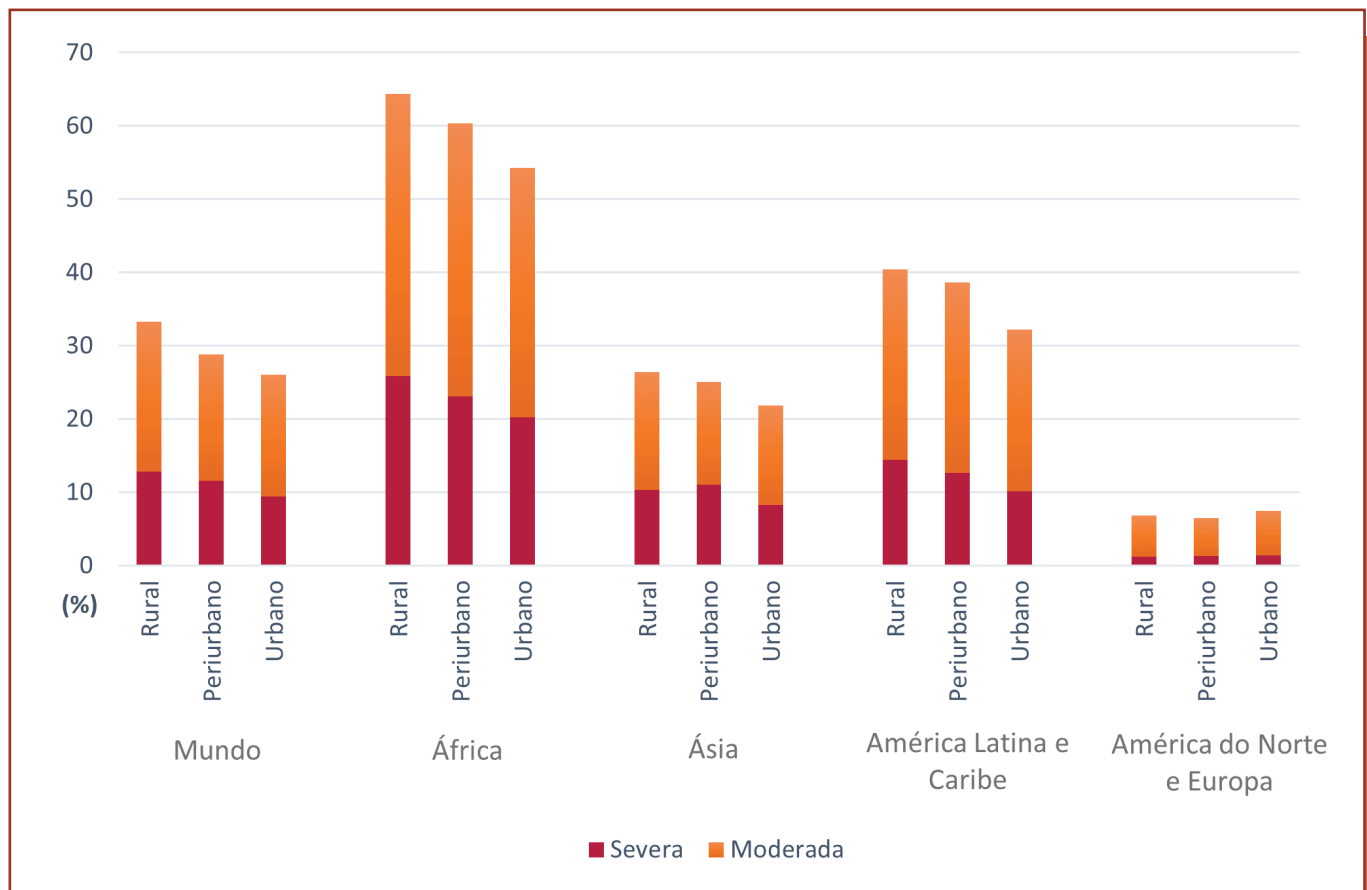


Gráfico 2. Insegurança alimentar mais elevada em áreas urbanas do que rurais. Fonte: elaboração própria com base em FAO (2023).

não podemos ignorar que a evolução da noção de cidadania nos países que se tornaram centrais no sistema internacional, normalmente carregada de duras lutas políticas, também constitui as estruturas que tornam aquelas populações menos vulneráveis à fome. Não que a possibilidade da fome tenha sido eliminada como princípio profundo de organização social, afinal, ela está na raiz das sociedades capitalistas (Ribeiro Junior, 2021). O fato concreto, no entanto, é que a exposição à fome e ao risco de fome é, normalmente, muito menor para as pessoas que habitam os países centrais.

Entretanto, o que o estudo da FAO faz é expor, em números comparáveis, que América do Norte e Europa – que são grande parte daquilo que se chama de Ocidente – estão mais bem preparados para enfrentar uma crise – aí sim! – de proporções globais como foi a pandemia de Covid-19. Não que esta porção do mundo não tenha sofrido de diversas formas com a emergência sanitária. De fato, houve intensificação das dificuldades alimentares também nos países daquela região, motivando, inclusive, a convocação da Conferência da Casa Branca sobre Fome, Nutrição e Saúde, em setembro de 2022. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, esta é apenas a segunda conferência do tipo na História dos Estados Unidos, a primeira tendo ocorrido em 1969. Entretanto, em que se pesem as dificuldades nos países desenvolvidos, parece ser muito mais forte a intensidade dos processos de fome nos países das outras regiões.

Para além das macrodesigualdades regionais apontadas, é interessante destacarmos mais dois pontos. Primeiro, à medida que o mundo se urbaniza, a demanda e o fornecimento de alimentos estão mudando rapidamente ao longo do contínuo rural-periurbano-urbano. Enquanto a disseminação de alimentos processados, incluindo os altamente processados, já está avançada na Ásia e na América Latina, ela também está se espalhando rapidamente na África. Ali, o consumo de alimentos altamente processados é mais elevado em áreas urbanas, no entanto, os resultados do relatório SOFI da FAO mostram a penetração gradual desses alimentos em áreas rurais, inclusive em áreas rurais remotas. Ademais, o consumo de legumes e verduras, frutas, gorduras e óleos está se tornando mais uniforme ao longo do referido contínuo (FAO, 2023).

Contudo, deve-se destacar que, na média mundial, 33,3% da população rural vive em insegurança alimentar frente a 28,8% das pessoas em áreas periurbanas e 26% das zonas urbanas (ver figura). Isto é, no globo, há mais fome nas zonas rurais do que nas urbanas. Mas, quando descemos ao nível das regiões, vemos que na América do Norte e Europa a relação é inversa: 6,8% da população rural vive em insegurança alimentar, frente a 6,5% da população periurbana e 7,5% da urbana. Em suma, as pessoas que moram no campo, onde geralmente os alimentos são produzidos, são as mais famintas em todas as regiões do globo, com exceção dos países da América do Norte e Europa.

O segundo ponto é que em todo o mundo a insegurança alimentar afeta de forma desproporcional as mulheres. Aqui, cabe salientar que o corte de gênero não evidencia diferenças entre a América do Norte e Europa e as outras regiões, ou seja, as mulheres estão mais vulneráveis à fome em qualquer parte do planeta.

Apesar de existirem diversas explicações para as desigualdades alimentares internacionais, geralmente é possível pensar que grandes e históricos vetores geopolíticos, econômicos e culturais – normalmente entrelaçados – são fundamentais para entendermos a produção diferenciada da fome nas diversas partes do globo. Colonialismo, racismo e machismo, no contexto do processo capitalista, são variáveis de peso nessa equação e que são carregados através dos tempos (Góes, Faustino, 2022). Para piorar, vivemos em um contexto internacional

repleto de incertezas e tensões que podem tornar as crises alimentares muito mais frequentes e em prejuízo cada vez maior dos países periféricos (Clapp, Moseley, 2020). Neste cenário, por exemplo, governos têm recorrido mais frequentemente às restrições na exportação de alimentos, seja para evitar o desabastecimento interno ou para conter a inflação de alimentos. Foi justamente o que ocorreu durante a pandemia (Ver Dias, Amorim, Barbosa, Lima, 2021)². Ocorre que os países de menor desenvolvimento relativo são aqueles mais dependentes da importação de alimentos básicos.

E, ao contrário do que muitos pensam, a América do Norte e a Europa, assim como as grandes potências Rússia e China, são altamente autossuficientes em alimentos. Não raro, o problema comum para os países do Ocidente é o excesso de produção agrícola e a conseqüente baixa dos preços aos produtores, e não o risco de desabastecimento por um eventual corte de fornecimento de alimentos dos países em desenvolvimento. Os abalos agroalimentares causados pela guerra na Ucrânia, por exemplo, não ameaçam a União Europeia de carestia, ainda que contribuam para aumento da inflação de alimentos que acomete as pessoas mais pobres do bloco. Entre estes, devemos salientar, estão os refugiados, imigrantes ilegais e trabalhadores e trabalhadoras braçais, que normalmente não são pessoas brancas.

Em suma, quando observamos a fome no mundo por uma perspectiva internacional, identificamos importantes disparidades que correspondem à hierarquia de poder das relações internacionais, hierarquia esta que vem sendo construída há séculos e da qual poucos países periféricos conseguem escapar. É neste sentido que, para o Brasil, torna-se interessante analisar criticamente a forma como a Rússia e a China vêm superando a fome, especialmente no que toca à autossuficiência (Lima, Dias, 2018; Escher, 2022). Ademais, precisamos resgatar as políticas que contribuíram para a nossa saída do Mapa da Fome da FAO, bem como renovar e aprofundar políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Referências

CLAPP, Jennifer; MOSELEY, William G. This food crisis is different: COVID-19 and the fragility of the neoliberal food security order. **The Journal of Peasant Studies**, v. 48, n. 4, p. 747–759, 2020. DOI: 10.1080/03066150.2020.1823838. Acesso em: 11 nov. 2020.

ESCHER, F. A economia política do desenvolvimento rural na China: Da questão agrária à questão agroalimentar. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 26, p. 1-26, 2022.

GÓES, W. L.; FAUSTINO, D. M. Capitalism and Racism in the Longue Durée: An Analysis of Their Reflexive Determinations. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 11, n. 1, p. 62-84, 2022.

LIMA, T.; DIAS, A. Segurança alimentar russa: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 5, n. 1, 2018. DOI: 10.26792/rbed.v5n1.2018.75064.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, p. 15-39, 2021.



2. DIAS, Atos et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar: os efeitos da pandemia na cadeia mundial de suprimento de alimentos. Carta Internacional. <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1151>.

Segurança Alimentar e Saúde: a necessidade da transformação dos sistemas alimentares



Dirce Maria Lobo
Marchioni

Um terço da humanidade vivencia uma ou mais formas de fome ou desnutrição. Após anos de declínio constante, o número de pessoas famintas começou a subir novamente em 2015, atingindo 821 milhões em 2017, com um agravamento desta situação devido à pandemia de COVID a partir de 2019. Ao mesmo tempo, a obesidade em todo o mundo quase triplicou desde 1975. Em 2016, mais de 1,9 bilhão de adultos estavam com sobrepeso, sendo que destes mais de 650 milhões eram obesos.

O que comemos em todo o mundo continua a ficar aquém dos padrões mínimos para dietas saudáveis e sustentáveis, resultando na obesidade e nas doenças não transmissíveis relacionadas com a alimentação em aumento e em níveis epidêmicos. As dietas em todo o mundo estão longe de serem saudáveis e não melhoraram na última década. A ingestão de frutas e vegetais ainda está cerca de 50% abaixo do nível recomendado de cinco porções por dia que é considerado saudável (60% e 40%, respectivamente), e a ingestão de leguminosas e nozes está, cada uma, mais de dois terços abaixo das duas porções recomendadas por dia. Em contrapartida, o consumo de carne vermelha e processada tem aumentado e é quase cinco vezes superior ao nível máximo de uma porção por semana, enquanto o consumo de bebidas açucaradas, que não são recomendadas em qualquer quantidade, também está aumentando. Ou seja, a fome crônica, ao lado de todas as formas de má nutrição, incluindo excesso de peso, obesidade e deficiências de micronutrientes afetam uma grande e crescente proporção de humanidade.

Simultaneamente, o clima no planeta está mudando, com aumento da frequência de eventos extremos, como ondas de calor, inundações, secas, aumento do nível dos mares e poluição atmosférica, que afetam a saúde direta ou indiretamente, causando impactos diversos como aumento de doenças respiratórias e transmissíveis, inúmeros danos, doenças e agravos à saúde provocados por desastres, além de óbitos, comprometendo no médio e/ou longo prazo a segurança alimentar e nutricional. As mudanças climáticas podem causar riscos à segurança alimentar e nutricional ao afetar as dimensões da segurança alimentar, por meio de reduções na disponibilidade de alimentos, acesso, utilização e estabilidade do sistema alimentar, o que, combinado com a alta demanda, eleva os preços dos alimentos, piorando ainda mais os níveis de insegurança alimentar.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Saúde, Sistemas Alimentares, Desnutrição.

O alimento, como produzimos, preparamos, compartilhamos e consumimos, é fundamental para o nosso bem-estar. Ele também conecta o corpo humano aos sistemas complexos e dinâmicos de nosso ambiente. Isso é mais significativo do que nunca na história da humanidade, à medida que as mudanças climáticas e o aumento do impacto populacional nos ecossistemas globais.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos que as dietas e os sistemas alimentares estão conectados, já que a dieta é uma seleção de alimentos ingeridos por um indivíduo, escolhidos entre os disponibilizados pelo sistema alimentar. Por outro lado, a soma das dietas cria a demanda geral de alimentos que dirige os sistemas alimentares. As dietas são, portanto, um resultado e um impulsionador dos sistemas alimentares. Os sistemas que apoiam a produção de alimentos incluem ecossistemas, sistemas humanos, sistemas de energia, sistemas econômicos e sistemas de saúde, que fornecem insumos essenciais para o sistema alimentar. Também vale destacar que sistemas alimentares sustentáveis apoiam dimensões da segurança alimentar, que são necessários para realizar o direito humano à alimentação adequada e para cumprir todos os objetivos da Agenda 2030, especialmente o ODS 2 (Fome zero).

Fica evidente que dietas pobres e que resultam em má-nutrição não são simplesmente uma questão de escolhas pessoais. Grande parte dos indivíduos não consegue acessar ou pagar uma dieta saudável. Além disso, todas as dietas têm custos ocultos, que devem ser entendidos para identificar trade-offs e sinergias. Dois custos ocultos que são consequências de nossas escolhas alimentares e dos sistemas alimentares que os sustentam são relacionados à saúde e relacionados ao clima (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2020).

Causas da Insegurança Alimentar e Nutricional

A insegurança alimentar é um problema multifacetado com inúmeras causas: está associada à baixa renda, a custos de habitação e a taxas de desemprego mais elevadas. A localização também pode afetar o acesso a alimentos adequados e nutritivos. Por exemplo, as regiões rurais encontram barreiras adicionais que contribuem para a insegurança alimentar, incluindo a dependência do transporte, a distância de mercearias e mercados e o aumento do custo de alimentos frescos e nutritivos. Também entre os determinantes, além dos sociais, o papel das mudanças climáticas, como anteriormente citado, configuram determinantes relevantes: secas e inundações; desastres naturais (por exemplo, furacões, terremotos); conflitos e guerra; globalização e domínio do mercado; rápido crescimento populacional e surtos de doenças, pois afetam a produção, distribuição e acesso aos alimentos (Thomas et al, 2021).

Efeitos da insegurança alimentar na saúde

A insegurança alimentar e a falta de acesso a alimentos nutritivos e acessíveis estão associadas à má qualidade alimentar e ao aumento do risco de doenças relacionadas com a dieta, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e saúde mental (Thomas et al, 2021; Odoms-Young et al, 2023).

Além disso, aqueles de menor status socioeconômico e grupos de minorias étnicas e raciais experimentam taxas mais altas de insegurança alimentar, são mais propensos a viver em ambientes alimentares com poucos recursos e continuam a suportar o maior fardo de doenças crônicas relacionadas à dieta (Santos et al, 2023).

Obesidade

A associação entre a insegurança alimentar e maior risco de sobrepeso e obesidade está bem estabelecida na literatura, em particular entre adolescentes e adultos; em mulheres e em países de baixa e média renda (Farrell et al, 2018; Thomas et al, 2021). A acessibilidade e a disponibilidade de alimentos processados foram identificadas como o mecanismo através do qual a insegurança alimentar foi associada à obesidade, de modo que o acesso a alimentos de baixo custo e com alta densidade energética contribuiu para níveis mais elevados de índice de massa corporal (IMC). Outra hipótese é que as pessoas em agregados familiares com insegurança alimentar podem passar por períodos de privação e/ou subconsumo de alimentos, bem como períodos de consumo excessivo para compensar os períodos em que os recursos foram limitados. Além disso, é sugerido um efeito de “substituição”, em que alimentos de maior qualidade e com menor densidade calórica são substituídos por alimentos de menor qualidade e com maior densidade calórica porque são mais baratos e têm um prazo de validade mais longo. Porém, mais preocupante é que podem ocorrer simultaneamente o sobrepeso e doenças carenciais, como a anemia (Farrell et al, 2018).

Doenças cardiovasculares

Níveis mais baixos de insegurança alimentar se relacionaram com carga desigual de doenças cardiovasculares e mortalidade, além de ter sido verificado que a insegurança alimentar afeta desproporcionalmente as minorias raciais e étnicas nos EUA. A insegurança alimentar teve um efeito independente na mortalidade por doenças cardiovasculares, demonstrando assim a importância da insegurança alimentar na determinação de perfis de risco para prevenção. Um possível mecanismo para explicar a relação entre insegurança alimentar e doenças cardiovasculares é o elevado consumo de dietas ricas em energia e consequente sobrepeso, menor atividade física e pressão arterial sistólica mais elevada.

Diabetes

Há evidências na literatura para uma associação entre insegurança alimentar e diabetes tipo 2, porém mais estudos são necessários. Esta relação pode ser mediada por mecanismos de inflamação e de hormônios do estresse (Bermudez-Millan et al, 2019).

Saúde mental

A insegurança alimentar está associada a um risco aumentado de depressão, estresse e distúrbios do sono, e, possivelmente, com ansiedade (Arenas et al, 2019). Dados do Estudo da Organização Mundial da Saúde sobre Envelhecimento Global e Saúde de Adultos (SAGE) mostraram que a insegurança grave estava associada a probabilidades 2,4 vezes maiores de depressão em comparação com aqueles sem insegurança alimentar. A associação positiva entre insegurança alimentar e saúde mental em adultos é válida para crianças e adolescentes. A insegurança está associada a problemas de saúde mental e a fatores de stress psicossociais específicos em regiões globais independentes do status socioeconômico. Os numerosos caminhos através dos quais a insegurança alimentar pode contribuir para perturbações mentais comuns, e as amplas implicações sociais ligadas às normas culturais e à autoeficácia, podem contribuir para a consistência intercultural dos resultados.

Considerações finais

A evolução recente dos sistemas alimentares está no cerne de alguns dos maiores e mais graves desafios que a humanidade enfrenta: a fome persistente, a subnutrição, a epidemia de obesidade, a perda de biodiversidade, os danos ambientais e as alterações climáticas e os seus impactos na saúde humana e na saúde planetária. O valor econômico deste sofrimento humano e dos danos planetários é bem superior a 10 bilhões de dólares por ano, mais do que a contribuição dos sistemas alimentares para o PIB global. Podemos considerar que na atualidade há três graves ameaças globais à saúde e à sobrevivência humana: as pandemias de desnutrição e de obesidade - que inclui sua relação com o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) - e as mudanças climáticas, que juntas constituem uma sindemia global. Para superarmos estes desafios, impõe-se o que está sendo chamado a “Grande Transformação”, com mudanças substanciais em todas as partes do sistema alimentar, incluindo a produção de alimentos, com práticas regenerativas e no consumo, facilitando o acesso e priorizando alimentos de origem vegetal, evitando alimentos ultraprocessados e diminuindo o desperdício. É necessário o envolvimento de todos, e políticas públicas que suportem e orquestrem as necessárias ações.

Referências

ARENAS DJ, THOMAS A, WANG J, DELISSER HM. A systematic review and meta-analysis of depression, anxiety, and sleep disorders in US adults with food insecurity. *J Gen Intern Med.* 2019;34(12):2874–82.

BERMUDEZ-MILLAN A, WAGNER JA, FEINN RS, SEGURA-PEREZ S, DAMIO G, CHHABRA J, et al. Inflammation and Stress Biomarkers Mediate the Association between Household Food Insecurity and Insulin Resistance among Latinos with Type 2 Diabetes. *J Nutr.* 2019;149(6):982–8.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2020. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets.* Rome, FAO, 2020.

FARRELL P, THOW AM, ABIMBOLA S, FARUQUI N, NEGIN J. How food insecurity could lead to obesity in LMICs: when not enough is too much: a realist review of how food insecurity could lead to obesity in low- and middle-income countries. *Health Promot Int.* 2018;33(5):812–26.

ODOMS-YOUNG A, BROWN AGM, AGURS-COLLINS T, KAREN GLANZ K. Food Insecurity, Neighborhood Food Environment, and Health Disparities: State of the Science, Research Gaps and Opportunities, *Am J Clin Nutr.*, 2023 (in press) <https://doi.org/10.1016/j.ajcnut.2023.12.019>.

SANTOS LA, PÉREZ-ESCAMILLA R, CHEROL CCS, FERREIRA AA, SALLES-COSTA R. Gender, skin color, and household composition explain inequities in household food insecurity in Brazil. *PLOS Glob Public Health.* 2023 Oct 3;3(10):e0002324. doi: 10.1371/journal.pgph.0002324. PMID: 37788232; PMCID: PMC10547153.

THOMAS MK, LAMMERT LJ, BEVERLY EA. Food Insecurity and its Impact on Body Weight, Type 2 Diabetes, Cardiovascular Disease, and Mental Health. *Curr Cardiovasc Risk Rep.* 2021;15(9):15



Para tirar o Brasil do Mapa da Fome: A retomada das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional



Lilian Rahal



Erick Brigante Del Porto



Márcia Muchagata

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Combate à Fome, Sociedade Civil, Intersetorialidade das Políticas.

As políticas públicas de segurança alimentar e nutricional estão sendo retomadas em um momento em se fazem necessárias mais do que nunca. A experiência brasileira nesse campo é um exemplo para o mundo até mesmo no seu desmonte: ela nos ensina que não podemos descuidar da pobreza e da fome jamais. Anos de orçamentos reduzidos, desmobilização de equipes e perda de centralidade estratégica comprometeram um trabalho árduo, de mais de 35 anos, e nos trouxeram de volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas, de onde o país tinha saído entre 2015 e 2018. Houve um rápido desmantelamento de um trabalho iniciado com a Constituição de 1988, quando um conjunto de políticas de proteção social começou a ser posto em prática e que fez do Brasil um celeiro de iniciativas bem-sucedidas de combate à fome e à pobreza, com ativa participação da sociedade civil. O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea, é um símbolo desta luta. Criado em 1993, foi duas vezes extinto, mas mesmo durante esses hiatos, a sociedade civil permaneceu atuante. Se hoje sabemos quem são e onde estão as 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar é graças à Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN), formada por pesquisadores, educadores e extensionistas, que organizou dois Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no contexto da Covid-19 no Brasil.

Nos anos 2000, o esforço do Estado Brasileiro traduzido em programas como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cisternas, e o aumento de recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), apenas para citar alguns, associado a um período de crescimento econômico, à política de valorização do salário-mínimo, expansão do emprego formal e elevação da renda, dos mais pobres, fez com que a fome fosse reduzida a níveis residuais.

Por isso, a volta da fome em larga escala constatada após 2018 não se explica apenas pelos efeitos da grave crise econômica do período. Medidas como as que implicaram em mudanças na estrutura de gastos do governo federal e, portanto, no financiamento das políticas públicas, como a Emenda Constitucional 95, o chamado “Teto de Gastos”, passaram a comprimir as despesas orçamentárias discricionárias (e também as obrigatórias) em diferentes áreas. A falta de prioridade

acoplada às inúmeras consequências da pandemia de Covid-19 fez com que a situação de insegurança alimentar fosse bastante agravada.

O Estado e a sociedade brasileira são capazes de tirar novamente o Brasil do Mapa da Fome. Esses atores reúnem hoje experiência, recursos, capacidades e, principalmente, compromisso político. No entanto, o cenário atual apresenta um conjunto de velhos e novos desafios. Os sistemas alimentares estão sendo severamente impactados pelas mudanças climáticas e precisam ser repensados, já que os modos de produção, abastecimento e consumo vigentes trazem danos sociais, ambientais e privilegiam o consumo de ultraprocessados. Esse sistema alimentar tem funcionado de tal forma que junto com a fome vivemos uma epidemia de obesidade: a prevalência de excesso de peso aumentou de 42,6% em 2006 para 55,4% em 2019, levando ao risco de doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, obesidade, entre outras), com grandes impactos para a qualidade de vida da população e para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro aspecto a ser considerado é que o aumento da produção de alimentos no Brasil se dá sobretudo entre as commodities. A área plantada de milho, soja e cana de açúcar tem crescido continuamente, enquanto a produção de arroz e feijão se reduz e a produção de frutas e legumes permanece quase estagnada. Um conjunto de incentivos apoiam a produção dessas commodities, tais como desonerações ao longo das cadeias produtivas e a implantação de logística de armazenamento e transporte. Estes mesmos mecanismos não estão presentes da mesma forma para os alimentos básicos ou para os produtos da sociobiodiversidade.

A alta da inflação dos alimentos nos últimos anos, em nível internacional, por razões estruturais ou de conjuntura, como as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, parece ter arrefecido no Brasil em 2023. Ainda assim, segue merecendo nossa atenção.

Por fim, um desafio importantíssimo é que, embora alguns orçamentos, como o do PAA e do Programa Cisternas, tenham sido parcialmente recompostos para 2023, no âmbito da PEC da Transição, o novo marco fiscal dificilmente poderá prover o mesmo volume de recursos que estiveram disponíveis para essas e outras políticas nos mesmos patamares crescentes do período de 2003 a 2014. Assim, para além dos orçamentos é fundamental promover avanços, sinergias e novos arranjos para os sistemas alimentares do Brasil, aperfeiçoando tudo aquilo que se relaciona com a maneira de produzir, distribuir, comercializar e consumir alimentos.

Os programas desarticulados entre 2016 e 2022 foram retomados, agora mais atentos à necessidade de alcançar certos públicos, como mulheres, povos indígenas e população em situação de rua. O PAA, por exemplo, tem maior foco nos agricultores mais pobres e, no mínimo, paridade na participação de mulheres, além de destinar parte dos alimentos adquiridos para equipamentos como as cozinhas solidárias. Em 2023 foram lançados o PAA indígena e o PAA Quilombola, onde os produtos adquiridos de organizações destes grupos são destinados a equipamentos sociais localizados ou que atendam estas comunidades.

As questões de acesso à água se tornaram emergentes. Além de buscar a universalização do acesso à água para consumo no Semiárido e avançar para outras regiões como a Amazônia, é necessário ampliar a atuação do Programa Cisternas em sua vertente produtiva, de segunda água, em articulação com as atividades de assistência técnica e de fomento, com recursos para implementação de projetos produtivos. Neste sentido, também é importante a retomada do Programa de Fomento às Atividades Produtivas

Rurais, que apoia a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres, recuperando a capacidade do Estado de contratar assistência técnica, reajustando os valores dos recursos não reembolsáveis destinados às famílias para investimentos produtivos e realização de novas parcerias para a expansão do programa. Em uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), foi lançado, em setembro de 2023, o Programa Quintais Produtivos, que articula os recursos do fomento, cisternas e assistência técnica e é voltado especificamente para mulheres inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais.

Como a fome tem múltiplas causas, só pode ser tratada de forma intersetorial. Tanto o primeiro governo Lula (2003-2006), como o primeiro governo Dilma (2011-2014) lançaram planos intersetoriais de combate à fome e à pobreza, respectivamente o Fome Zero e o Brasil sem Miséria. Em agosto de 2023 foi lançado o Brasil sem Fome, gestado no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), com ações de combate à fome e à pobreza envolvendo 24 ministérios. Caravanas por um Brasil sem Fome vêm sendo realizadas pelo país para ampliar a mobilização da sociedade civil.

Entre outras novidades, está o estabelecimento de ações coordenadas entre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para identificar pessoas em desnutrição e encaminhá-las para outros serviços para acompanhamento e garantia de acesso a alimentos, por meio das diversas políticas no âmbito dos três sistemas. Em dezembro de 2023, foi lançada a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar nas cidades, da qual faz parte o recém-lançado Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, que envolve o poder público em uma ação da sociedade civil que foi fundamental no combate à fome, principalmente durante a pandemia, com o fornecimento de refeições prontas. Uma iniciativa que deve contribuir para melhorar a alimentação nas cidades e ao mesmo tempo promover a adaptação às mudanças climáticas é a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, lançada em setembro de 2023.

Todas essas novas políticas contam com o aprendizado da sociedade civil e de iniciativas bem-sucedidas de alguns estados e municípios, que continuaram atuantes mesmo durante o refluxo das políticas federais. Agora, essa participação e a governança do SISAN está fortalecida pela retomada dos espaços de debate no âmbito do Consea e outras instâncias de participação. Esse esforço foi completado pela realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que reuniu mais de 2.000 pessoas em Brasília em dezembro de 2023 e que teve como tema “Comida de Verdade, Democracia e Equidade”. Dentre os muitos pontos trazidos pela conferência, a necessidade de adaptação dos sistemas alimentares às mudanças climáticas é um dos pontos que deverão ser trabalhados ao longo de 2024, com a elaboração do Plano Setorial de SAN no contexto do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.

Finalmente, para que a política de combate à fome possa ser efetiva é necessário um esforço de monitoramento dos indicadores. Nesse sentido, já a partir de 2023, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, a PNAD Contínua, passou a incluir um módulo que medirá anualmente os índices de segurança alimentar da população. Essa medida é primordial não apenas para avaliar a efetividade das políticas, mas para o contínuo envolvimento da sociedade no esforço coletivo de fazer com que a próxima saída do país do Mapa da Fome seja definitiva.





Morango agroecológico na horta de dona Maria Izaldite (RAMA).
Barra do Turvo (São Paulo), 2017.

Polarização na carne



Ricardo Abramovay

Está ultrapassando largamente as fronteiras das controvérsias científicas a discussão em torno do lugar das carnes no sistema agroalimentar global. Matéria publicada em outubro de 2023 no *The Guardian* acusa os autores da Declaração de Dublin (resultado de uma conferência que reuniu, na Irlanda, em 2022, reconhecidos pesquisadores, que defendem a importância dos produtos animais para o consumo humano e para um amplo conjunto de serviços ecossistêmicos) por suposta e não declarada ligação com interesses industriais. Já os líderes da declaração de Dublin (que hoje conta com mais de mil assinaturas) negam a omissão e, por sua vez, apontam o dedo contra seus detratores como porta-vozes dos interesses que preconizam as proteínas artificiais como alternativa ao uso de animais para a alimentação humana.

Divergências e controvérsias são o oxigênio do qual depende a vida da própria ciência. Mas quando os processos de intenção ocupam o lugar dos argumentos científicos, como se estes nada mais fossem que uma espécie de expressão sombria de interesses ocultos, mesmo quando expressos em artigos publicados em revistas reconhecidamente respeitadas, aí a perda para o debate público e o avanço da ciência é monumental. Mais que isso, o risco é que o próprio diagnóstico sobre os desafios a serem enfrentados pelo sistema agroalimentar seja contaminado pelo ambiente da polarização. Quais são estes desafios?

O mais importante deles consiste em superar a monotonia dos sistemas agroalimentares contemporâneos. Trabalho recente da Cátedra Josué de Castro e do Instituto Comida do Amanhã, que integra um conjunto de documentos da reunião do G20 na Índia, mostra que esta monotonia tem três expressões principais.

A primeira delas é a perda da diversidade nos cultivos agrícolas. A humanidade conhece sete mil plantas comestíveis, das quais mais de 400 são cultiváveis. No entanto, 90% de nossa alimentação depende de quinze produtos e 50% de apenas quatro. O desempenho destes poucos produtos apoia-se em sementes (muitas delas sob proteção de patentes), cujos potenciais são revelados com o uso em larga escala de fertilizantes nitrogenados e agrotóxicos. A perda da biodiversidade do solo e a contaminação ambiental decorrente deste uso são cada vez mais nítidas. Além disso, estes produtos concentram-se em alguns poucos países e, nestes, em algumas poucas regiões. Não por acaso, estas áreas

Palavras-chave: Sistemas agroalimentares, perda de biodiversidade, contaminação ambiental, monotonia sistema alimentar, saúde pública.

são cada vez mais afetadas por eventos climáticos extremos, como bem o mostra o prejuízo da agropecuária brasileira que, segundo dados do INPE, foi de R\$ 34 bilhões em 2023 e superou R\$ 300 bilhões nos últimos dez anos. Secas e perdas de safra marcam as mais importantes regiões produtoras do mundo, como as grandes planícies europeias, a Argentina, as áreas norte-americanas de produção de grãos ou os territórios de trigo na Índia. Estudo do INPE mostra que o número de dias com ondas de calor passou de 7 para 52 em 30 anos, no Brasil.

A segunda expressão desta monotonia está na produção animal. São inúmeras as publicações científicas que denunciam a carne bovina, a partir de dois problemas fundamentais. O primeiro é que, na Amazônia (e não só no Brasil) a destruição florestal está fortemente associada a uma pecuária de baixíssima produtividade e cuja finalidade é menos de eficiência econômica do que de legitimar a apropriação de terras ilegalmente obtidas e ocupadas com pastagens de má qualidade onde pastam umas poucas cabeças de gado, frequentemente como preparação para a venda da terra e o plantio de soja. É claro que este desmatamento e as emissões dele decorrentes podem ser atribuídos à pecuária. Mas daí não se pode concluir que o desmatamento seja organicamente inerente à criação bovina. O que sim é organicamente inerente ao gado bovino (segundo problema fundamental) são as emissões de metano. Se fosse um país o rebanho global de ruminantes seria o segundo emissor mundial, atrás da China e à frente dos EUA. Se o rebanho bovino brasileiro fosse um país seria o oitavo emissor global. Como a maior urgência na luta contra a crise climática é a redução nas emissões de metano, não causa surpresa que parte importante da comunidade científica e dos movimentos socioambientais preconize a drástica e generalizada diminuição do consumo de carne bovina. Muitos chegam a sugerir que sua substituição pelas carnes suínas e de aves é um caminho promissor para padrões alimentares que não agrave a crise climática.

Mas a criação contemporânea de aves e suínos é marcada por um conjunto de transformações genéticas nos animais que, desde meados do Século XX, homogeneizou as linhagens genéticas e padronizou os métodos contemporâneos de criação. Uma ave que originalmente vivia por cinco anos é hoje abatida quando completa 35 dias. As criações concentracionárias, que reúnem centenas de milhares de animais não só provocam um impressionante sofrimento em seres dotados de inteligência, sensibilidade, sociabilidade, capacidade de brincar e se comunicar, como exigem, para que sua homogeneidade genética não se torne veículo de transmissão de vírus e bactérias, um vasto conjunto de medicamentos, entre os quais destacam-se os antibióticos. Nada menos que 70% dos antibióticos hoje produzidos destinam-se ao consumo animal, fundamentalmente de aves e suínos. Este uso em larga escala responde por um sério problema de saúde pública, que é a resistência aos antimicrobianos. Além disso, os modelos predominantes no mundo

todo de criação de aves e suínos apoiam-se no consumo de grãos, ou seja, de alimentos que poderiam ser diretamente utilizados por seres humanos. 40% da superfície agrícola atual no mundo destinam-se a produtos a serem consumidos por animais. O fato então de os animais monogástricos contribuírem muito menos para a emissão de gases de efeito estufa do que os ruminantes, dificilmente pode fazer das aves e dos suínos (com os atuais métodos de criação) uma fonte sustentável de oferta de produtos animais para os seres humanos.

A terceira expressão da monotonia do sistema agroalimentar global está na importância crescente dos produtos ultraprocessados nas dietas, conforme denúncia vinda de um recente relatório do Fórum Econômico Mundial. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha chega a 60% a proporção das calorias ingeridas vindas destes produtos, cuja característica essencial é que são compostos por elementos não pertencentes ao que se usa habitualmente na cozinha e são objeto de processamentos industriais que contam com um vasto conjunto de aditivos voltados a lhes imprimir sabor, aroma, coloração e consistência agradáveis ao olfato e ao paladar e, muitas vezes, viciantes, como bem mostra o livro fundamental de Chris van Tulleken. Os estudos sobre os impactos dos produtos ultraprocessados originam-se numa revolução pela qual as ciências da nutrição passaram durante as duas últimas décadas (cujos protagonistas centrais são pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da USP) e que consiste em classificar os alimentos em função de seu grau de transformação industrial, mais do que de seus atributos nutricionais. A diversidade do consumo de produtos frescos e variados, de origem vegetal ou animal, é substituída pela monotonia dos componentes propriamente agropecuários das dietas baseadas em ultraprocessados. Do ponto de vista da saúde humana, o avanço da ingestão de ultraprocessados é uma ameaça muito maior que o consumo de carnes. Não é por outra razão que a restrição ao consumo de ultraprocessados consta dos mais importantes guias alimentares da América Latina (especialmente os do Brasil, precursor deste movimento, do Chile, da Colômbia, do Equador e do México). Também é importante o movimento liderado pela comunidade acadêmica ligada à nutrição e pelas organizações brasileiras de defesa do consumidor e de promoção da alimentação adequada e saudável para que os ultraprocessados recebam tratamento tributário que iniba o seu consumo e fortaleça a necessária preferência dos consumidores por produtos frescos.

Boa parte destes guias alimentares preconizam também a redução no consumo de carnes, mas evitam, com razão, apontar qual o seu consumo ideal. Isso por duas razões básicas. A primeira delas é o respeito às culturas materiais envolvidas nas práticas de processamento e de preparo dos alimentos, nas diferentes regiões de cada país. Seria uma postura tecnocrática reduzir a alimentação à ingestão de nutrientes e ignorar a riqueza dos conhecimentos e das tradições culinárias dos diferentes territórios. A segunda razão é que, com exceção da África ao Sul do Saara e de parte da Ásia, a humanidade consome uma quantidade de proteínas muito superior às suas necessidades. No discurso comemorativo dos 30 anos de seu prêmio Nobel, Norman Borlaug, o mais importante protagonista da Revolução Verde, alertava: “se as pessoas dos países do Terceiro Mundo tentassem obter 70% de suas calorias de produtos animais – como nos Estados Unidos, no Canadá ou na União Europeia – somente metade da humanidade poderia ser alimentada”. Duas décadas depois do discurso de Borlaug, o consumo de produtos animais continua crescendo e hoje, não só nos países mais ricos do mundo, mas também no Brasil, ele é muito superior ao necessário para satisfazer as necessidades metabólicas das pessoas.

É fundamental que a diversidade do sistema agroalimentar global transforme a oferta de produtos animais. Esta diversidade, paradoxalmente, tem na pecuária bovina da América Latina sua maior chance de expressão. É que nas pastagens naturais, a alimentação dos bovinos tem um baixo custo de oportunidade, uma vez que os vegetais ingeridos pelos animais não são passíveis de consumo humano. Além disso, nestas pastagens, a interação entre solos, plantas e grandes animais oferece serviços ecossistêmicos importantes sob o ângulo da biodiversidade, da saúde do solo e até da captação de carbono pelo crescimento das plantas. 20% do carbono nos solos está sob pastagens, como mostra Rattan Lal.

Mas e a Amazônia? É claro que o ideal seria que nas florestas tropicais não houvesse criação bovina. Mas uma vez que 40% do rebanho brasileiro encontra-se na Amazônia e que a pecuária é levada adiante por 500 mil agricultores familiares, é fundamental encontrar caminhos para que a atividade regenere os serviços ecossistêmicos que até aqui ela tem destruído. E isso passa, como mostram as iniciativas da EMBRAPA lideradas por Judson Valentin, pela diversificação das pastagens (compostas hoje, em 85%, exclusivamente por braquiária), pela introdução de leguminosas entre as plantas e pela presença de plantações arbóreas nativas. Estas formas moderadas de intensificação produtiva permitem reduzir drasticamente a superfície hoje ocupada pelas pastagens, sem que a oferta seja comprometida. O sistema Guaxupé pode ser bem entendido por este vídeo recente divulgado pelo Instituto Igarapé. Pecuária a pasto, com diversificação de plantas e presença de leguminosas e plantações arbóreas é um trunfo dos países latino-americanos que dificilmente será obtido em regiões marcadas por invernos rigorosos, como mostra trabalho da Cátedra Josué de Castro.

É importante assinalar também que este caminho promissor da criação regenerativa na pecuária bovina, nem de longe é conhecido ou praticado em escala comercial massificada na criação de aves e suínos. Este é um dos grandes desafios da pesquisa contemporânea: como obter os produtos destes animais com modelos produtivos que se apoiem em baixo custo de oportunidade para sua alimentação? Se a ideia de intensificação moderada é uma resposta consistente quando se trata de pecuária bovina, na criação de aves e suínos, as alternativas aos modelos dominantes não são claras, apesar de algumas experiências empresariais neste sentido. Mas estas soluções no plano produtivo só terão viabilidade se houver clara sinalização aos mercados consumidores da impossibilidade de que a presença das carnes nas dietas contemporâneas continue aumentando.

Na polêmica entre os signatários da declaração de Dublin e seus críticos, esta talvez seja a principal lacuna: as carnes são parte dos mais diferentes padrões alimentares (inclusive da famosa dieta mediterrânea) mas é fundamental que elas sejam produzidas a partir de métodos regenerativos, sinalizando aos mercados consumidores que a diversidade do que se come, muito mais que a ingestão ilimitada de produtos animais, é o caminho para a alimentação saudável.





Foto: Carlos Mauricio Soares de Andrade, Fonte: Andrade et al. Sistema Guaxupé: modelo de intensificação sustentável da pecuária de corte baseado em pastagens permanentes de alta performance, ricas em leguminosas. Brasília, Embrapa, 2023.

Equidad en la mesa: Asegurando la seguridad alimentaria para todos, hoy y mañana



Luiz Beduschi Filho



María Ignacia Hadad

América Latina y el Caribe (ALC) es una región inmensamente diversa. Esto se manifiesta en una amplia variedad de culturas y etnias, múltiples climas y geografías, una excepcional riqueza en especies biológicas, y diferentes trayectorias históricas, sociales y económicas, que conforman distintas realidades a lo largo de una misma región.

Lo anterior deviene a su vez en resultados diversos. La amplia gama de ecosistemas de la región es mundialmente reconocida. Alberga el 40% de la biodiversidad, el 80% de los biomas y el 30% de los recursos de agua dulce a nivel global, dotándola de una riqueza natural incomparable. Por otro lado, ALC es reconocida como una de las regiones más desiguales del mundo, lo que dificulta el desarrollo y crecimiento económico de sus sociedades, la gobernanza y los procesos democráticos.

Es desde este contexto que la región se enfrenta hoy a los embates del cambio climático. Cada día, la presión sobre el planeta aumenta. La intensidad de los eventos climáticos extremos en ALC pasó de 9% en 2000-2004 a 57% en 2015-2020¹. Los efectos del cambio climático dificultan la compleja tarea de proveer a la población de alimentos nutritivos, saludables y suficientes, a la vez que surgen nuevos desafíos relacionados a la pérdida de biodiversidad, la degradación del medio ambiente, el acceso a agua, y la sostenibilidad de las actividades económicas a través de las cuales las familias rurales generan sus medios de vida.

Lo que hoy se observa es que, mientras la diversidad biológica y ecosistémica se reduce, las diferencias sociales se agudizan. El sector de alimentos y bebidas es uno de los tres sectores que concentran los mayores niveles de patrimonio de las personas más ricas de ALC². En contraste, los niveles de inseguridad alimentaria grave observados en la región superan el promedio global³.

Mientras el mundo busca estrategias para adaptarse y mitigar los

1. FAO, IFAD, UNICEF, WFP, & WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. 2021.

2. Considerando aquellas personas cuyo patrimonio personal neto es igual o superior a 1.000 millones de dólares, excluyendo actividades ilegales. CEPAL. Panorama Social de América Latina y el Caribe 2023. La inclusión laboral como eje central para el desarrollo social inclusivo. 2023.

3. FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF.. América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y la nutrición 2023: Estadísticas y tendencias. Santiago. 2023

Palabras-chave: Hambre, Desigualdad, Cambio Climático, Sistemas Agroalimentarios.

impactos que el cambio climático tiene sobre los ecosistemas, la agricultura y la producción de alimentos en los diversos territorios, resulta vital considerar las implicancias que esta situación supone para quienes los habitan. Las comunidades económicamente vulnerables en ALC son desproporcionadamente afectadas por los shocks climáticos, donde el 40% de la población con menores ingresos sufre pérdidas equivalentes al doble del promedio regional⁴. Además, la escasez de agua ha afectado significativamente a la vulnerabilidad climática y a la desigualdad⁵.

Los desastres, conflictos y crisis se refuerzan mutuamente y, su ocurrencia persistente o recurrente genera el desplazamiento de personas, la disrupción de los medios de vida, impacta la infraestructura y los servicios, reduce el acceso a dietas saludables y accesibles. De igual manera, las posibles soluciones que permiten enfrentar estos desafíos pueden potenciarse, por lo que es fundamental reconocer las interconexiones entre los impactos económicos, sociales y ambientales de los sistemas agroalimentarios, identificando de manera comprehensiva los costos y beneficios de las intervenciones. En ese sentido, resulta especialmente importante cuidar que el costo de la transición no recaiga sobre quienes históricamente han soportado la carga de la desigualdad.

Una visión holística de los desafíos asociados al hambre

A 50 años de la muerte de Josué de Castro, autor de *Geografía del Hambre*, publicado en 1946, y Presidente del Consejo Independiente de la FAO entre 1951 y 1955, es cada vez más claro que el hambre es un fenómeno provocado por los seres humanos, y no un fenómeno natural. En un mundo con abundancia de oferta de alimentos, tener personas hambrientas es algo inaceptable: el hambre no es un problema solo de oferta de alimentos, sino que de falta de dinero para comprarlos.

Más allá del hambre, la región sufre una verdadera epidemia de sobrepeso y obesidad, con consecuencias nefastas en la salud de las poblaciones y en las finanzas públicas de los países, que es una expresión más de los dilemas que marcan el funcionamiento de los sistemas alimentarios contemporáneos. Estos dilemas llevaron al Secretario General de las Naciones Unidas a convocar la Cumbre Mundial de los Sistemas Alimentarios, realizada en septiembre de 2021 en Nueva York⁶, en la cual los países se comprometieron con una hoja de ruta para lograr el ODS2 -Hambre Cero.

Todas las personas se encuentran conectadas de diversas maneras a los sistemas agroalimentarios. Se estima que emplean (directa e indirectamente) a 4 billones de personas a nivel global. Sin embargo, también se encuentran marcados por altos niveles de pobreza y desigualdad. Pese a que la producción global de alimentos es suficiente para suplir las necesidades alimentarias, cientos de millones de personas siguen sufriendo de hambre. En ALC, 1 de cada 5 hogares en las zonas rurales viven bajo pobreza extrema⁷, mientras que los niveles de informalidad en la agricultura superan el 85%⁸. El crecimiento

4. Jafino, B. A., Walsh, B., Rozenberg, J., & Hallegatte, S.. Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030 (No. 9417; World Bank Research Policy Papers). 2020

5. World Bank. Water Matters: Resilient, Inclusive and Green Growth through Water Security in Latin America. 2022

6. <https://www.un.org/en/food-systems-summit>

7. CEPALSTAT ECLAC. 2023

8. ILO. Empleo informal de la economía rural de América Latina 2012-2019. Un panorama y tendencias regionales pre-pandemia COVID-19. 2021.

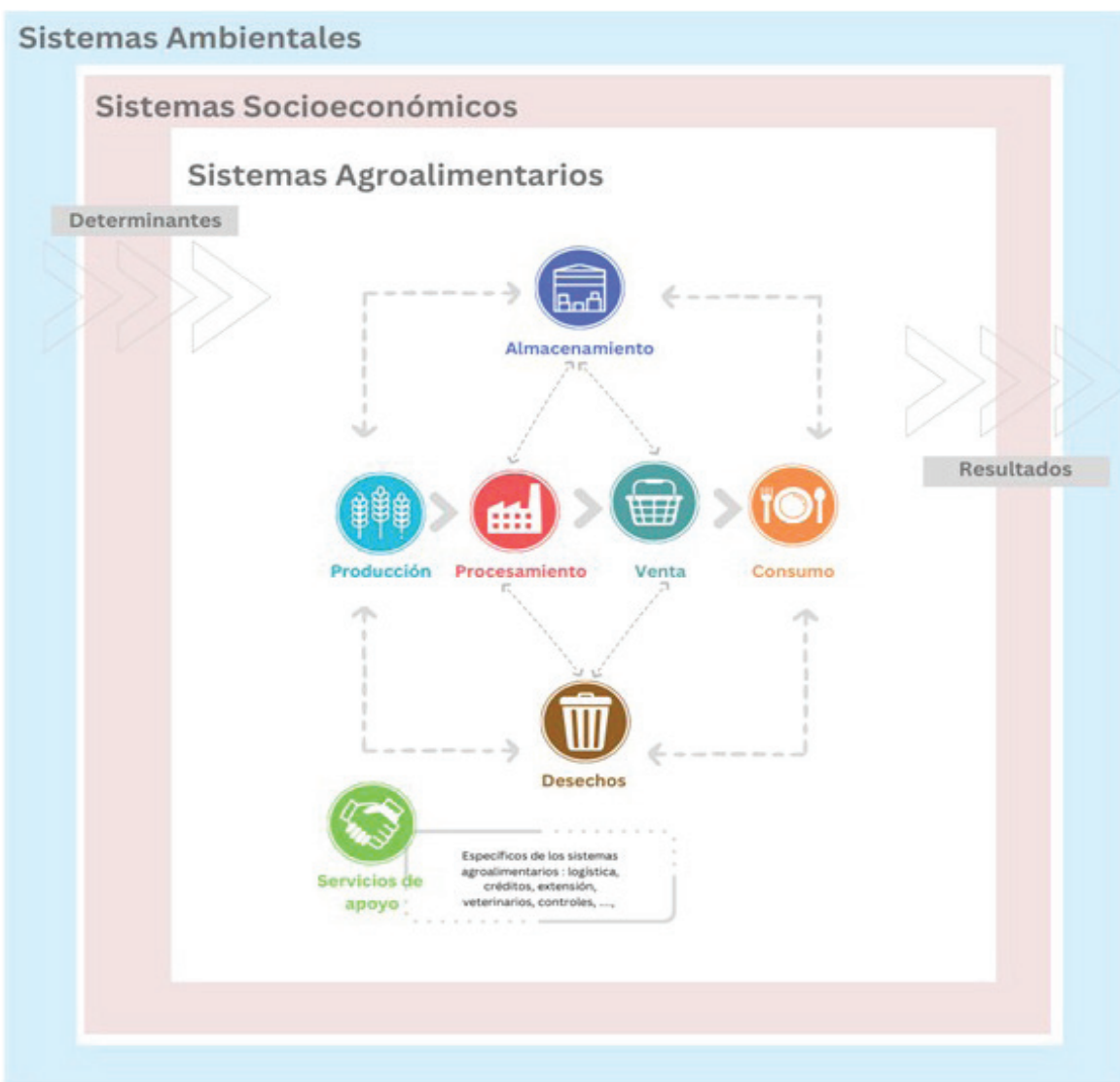


Figura 1. Sistemas Agroalimentarios. Fuente: Adaptado de FAO. 2022. The future of food and agriculture – Drivers and triggers for transformation. The Future of Food and Agriculture, no. 3. Rome.

de la agricultura moderna se ha caracterizado por altos niveles de concentración en ciertos productos, regiones y productores, generando importantes barreras de entrada para los productores de pequeña y mediana escala.

En 2020, los costos ambientales, sociales y sanitarios (denominados costos ocultos) de los sistemas agroalimentarios ascendían a 12,7 billones de dólares, esto es, casi el 10% del PIB mundial⁹, dando cuenta de la relevancia de comprender y visibilizar la complejidad de los desafíos asociados al combate del hambre.

Un enfoque de sistemas agroalimentarios permite no solo comprender de mejor manera los fenómenos ligados a las áreas económicas, sociales, ambientales y productivas, sino también avanzar en enfoques integrados que permitan abordar los desafíos que estas enfrentan de manera sostenible, desde un enfoque preventivo y no solo reactivo, abordando tanto las dificultades emergentes como las causas estructurales que determinan el presente y futuro agroalimentario.

9. FAO. The State of Food and Agriculture 2023 – Revealing the true cost of food to transform agrifood systems. Rome. 2023.

Trabajar para un futuro agroalimentario sostenible, inclusivo y resiliente

A pesar de los logros alcanzados en innumerables materias, el desafío de proveer a la población con alimentos adecuados, nutritivos y suficientes persiste. Este fantasma que sigue rondando la experiencia humana en el planeta es lo que justifica la existencia de la FAO, agencia de las Naciones Unidas que lidera el esfuerzo internacional para poner fin al hambre.

Nuestro objetivo es lograr la seguridad alimentaria para todos, y al mismo tiempo garantizar el acceso regular a alimentos suficientes y de buena calidad para llevar una vida activa y sana. Con 195 miembros - 194 países y la Unión Europea, la FAO trabaja en más de 130 países en todo el mundo.

Durante el periodo 2022-2031, el trabajo de la FAO se centra en respaldar la Agenda 2030 mediante la transformación hacia sistemas agroalimentarios más eficientes, inclusivos, resilientes y sostenibles, con énfasis especial en la consecución de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 1 (Fin de la pobreza), 2 (Hambre cero) y 10 (Reducción de las desigualdades). A través de sus acciones, la FAO busca conseguir una mejor producción, una mejor nutrición, un mejor medio ambiente y una mejor vida sin dejar a nadie atrás.¹⁰

Esta visión refleja las interconexiones entre las dimensiones de los sistemas agroalimentarios, incorporando un entendimiento integral de la diversidad y complejidad de estos últimos en el actuar de la organización, ubicando a la agricultura y la alimentación al centro de la Agenda 2030. La FAO apoya a los países miembros en el diseño, desarrollo e implementación de acciones que permitan hacer frente a los desafíos asociados a la seguridad alimentaria, entendiendo que esta última es la manifestación de los resultados de las esferas productivas, ambientales y sociales.

La transformación de los sistemas agroalimentarios es esencial para lograr los ODS. Este proceso debe apuntar a convertirlos en catalizadores de soluciones integrales y, simultáneamente, alejarlos de los componentes estructurales que históricamente se han asociado a la pobreza, el hambre y la degradación ambiental. Si bien atender los desafíos y brechas involucrados en los distintos componentes de los sistemas requiere de un delicado equilibrio de acciones, esto no significa que sean incompatibles. Muestra de ello es la hoja de ruta de FAO para alcanzar el hambre cero sin superar el límite de calentamiento global¹¹. Lo que sí es incompatible con el logro de estas metas es perpetuar las desigualdades y desequilibrios que hoy los caracterizan.

Los cambios necesarios para lograr los ODS, de manera efectiva y eficiente, implican incorporar principios de justicia e igualdad no sólo en los resultados, sino también en los procesos de toma de decisión. Esta transformación debe dar cuenta también de las características intrínsecas de cada territorio, atendiendo las diversas realidades que se observan en la región. Esto solo es posible otorgando un espacio en la mesa a quienes se encuentran en la base de los sistemas agroalimentarios: las comunidades locales.¹²

10. FAO. Marco estratégico para 2022-2031. 2021.

11. FAO. Achieving SDG2 without breaching the 1.5C threshold: A global roadmap. 2023.

12. FAO. La FAO y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. 2022

Gobernanza para el futuro de los sistemas agroalimentarios

Durante los próximos años, la inclusión y resiliencia de las zonas rurales en América Latina y el Caribe se verán marcadas no solo por los traspiés en términos de pobreza rural y la persistencia de las desigualdades estructurales históricas, sino también por factores críticos que modelan los enfoques, las negociaciones y los recursos asociados al desarrollo rural. El cambio climático, las desigualdades ambientales, las transiciones de los sistemas agroalimentarios y las aceleraciones tecnológicas son parte de ello. Resulta fundamental identificar mecanismos que permitan reconocer y empoderar a quienes históricamente han sido excluidos de los procesos de crecimiento y desarrollo rural, asegurando que la transformación de los sistemas agroalimentarios no perpetúe aquellas brechas que justamente se busca disminuir.

Uno de los principales riesgos es la implementación de políticas rurales de adaptación a las presiones actuales para transformar los sistemas agroalimentarios sin incorporar de manera explícita y práctica objetivos asociados a la protección y promoción de los medios de vida rurales y la población que vive en condiciones de pobreza¹³. Sin intervenciones cuidadosamente diseñadas, se corre el riesgo de que el costo de la transformación de los sistemas agroalimentarios recaiga desproporcionadamente en los hogares más pobres, a quienes justamente se busca proteger.

En ese sentido, resulta fundamental que los procesos de transformación tengan como base el diálogo entre diversos actores, generando mecanismos que permitan identificar los costos o “trade-offs” asociados a las intervenciones y promover opciones dinámicas y adaptadas a las condiciones específicas de cada contexto¹⁴. La evidencia muestra que, en muchos casos, los territorios no han sido partícipes del crecimiento y desarrollo que ha experimentado el sector. La desigualdad se ha instalado de manera transversal en los diversos frentes que interactúan en los sistemas agroalimentarios, sin embargo, la transformación que hoy se impulsa ofrece la oportunidad de hacer las cosas de manera diferente. El fortalecimiento de las instancias de acción colectiva, el trabajo intersectorial e interinstitucional, y la mejora de la participación y apropiación de los procesos por parte de los actores locales resulta fundamental para que los sistemas agroalimentarios del futuro no repliquen aquellas debilidades que han impedido su equitativo desarrollo en el pasado.



13. Davis, B., Lipper, L., & Winters, P.. Do not transform food systems on the backs of the rural poor. *Food Security*, 14(3), 729–740 .2022

14. IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press. 2022.



Cará-moela cultivado para autoconsumo na Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Bahia), 2016.

**ENG
AJA
MEN
TO**

Cozinhas coletivas, o coração dos territórios



Adriana Salay Leme

Foi num sábado pela manhã que a escavadeira chegou para fazer a terraplanagem no terreno da ocupação. Esperávamos ansiosos por esse momento já que, entre a decisão de fazer uma nova cozinha solidária e o início dos trabalhos da máquina, tinha um espaço de mais de dois meses. Entre os envolvidos na operação, havia as lideranças da ocupação, nós, moradores do bairro que formamos o projeto Quebrada Alimentada, voluntários, como o engenheiro civil responsável, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST. Entre as lideranças e os moradores daquela ocupação que trabalham para a construção desse novo e primeiro equipamento comunitário no local, havia o mestre de obras. Nesse dia ele disse na reunião que a ocupação já tinha membros e cérebro e agora iria ganhar um coração.

Essa cozinha ainda não está em operação, ela será outro espaço de atuação do projeto Quebrada Alimentada do qual faço parte. Distribuimos refeições diariamente e cestas básicas e agroecológicas mensalmente no bairro da Vila Medeiros, Zona Norte de São Paulo. O projeto surgiu em março de 2021, quando foi decretado o fechamento dos estabelecimentos que não eram classificados como essenciais por causa da pandemia provocada pela covid-19.

A crise sanitária e as incipientes políticas públicas de resposta intensificaram um problema que é estruturalmente constituído, a fome, principalmente entre populações vulnerabilizadas, territórios periféricos e nas regiões Norte e Nordeste. A insegurança alimentar entre as famílias passou de 36,7% da população brasileira em 2018 para 58,7% em 2022. A fome, entendida dentro da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) como insegurança alimentar grave, aumentou de 5,8% para 15,5% no mesmo período (REDE, 2022). Isso se deu não apenas pela emergência em si, mas também em decorrência da atuação do governo federal. Se, por um lado, o Estado falhou em garantir o direito constitucional à alimentação (BRASIL, 2006a) para a sua população, a sociedade civil organizou e intensificou diferentes formas de assistência alimentar.

Tais projetos cumpriram um papel essencial em inúmeros contextos nacionais e foram fundamentais na pandemia (LEME et al., 2022). Entre eles destaco o que chamo aqui de cozinhas coletivas. O termo engloba cozinhas que são reconhecidas como comunitárias e solidárias, pois

Palavras-chave: cozinhas coletivas; fome; assistência; direito

entendo que os projetos são muito diversos entre si para que possamos trazer uma definição muito fechada. O primeiro termo, comunitária, vem da sistematização proposta em 2006 quando foi criado o Programa de Incentivo à Instalação de Cozinhas Comunitárias pelo Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, 2006b), que incentiva cozinhas que produzem no mínimo 100 refeições diárias e funcionam 5 vezes na semana. Elas são classificadas como um equipamento público de alimentação de pequeno porte que podem produzir refeições destinadas à doação ou à comercialização acessível. Diferem dos restaurantes populares pelo tamanho, já que esses produzem no mínimo mil refeições diárias, mas também pela gestão, pois as cozinhas comunitárias podem ser geridas pela sociedade civil ou pelo poder público; pela capilaridade e pela possibilidade de estar em territórios afastados dos grandes aglomerados urbanos (PERINI et al., 2010, p. 23). Já as cozinhas solidárias ganharam protagonismo na pandemia com a criação do projeto Cozinhas Solidárias do MTST em 2021, mesmo que esse termo não fosse uma novidade. A designação foi usada para a criação do Programa Nacional de Cozinhas Solidárias que passou a integrar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Após a promulgação do programa em 2023, o Ministério do Desenvolvimento Social promoveu uma iniciativa de mapeamento das cozinhas coletivas, incorporando os dois termos: comunitárias, as que já eram apoiadas pelo ministério, e solidárias para aquelas que haviam se cadastrado no sistema do ministério. Com esse mapeamento inicial, foi possível identificar além das 304 cozinhas apoiadas pelo MDS, mais 2.049 cozinhas designadas enquanto solidárias até setembro de 2023 (GENTIL, 2023). Assim, é necessário englobar tanto as enquadradas cozinhas comunitárias apoiadas através do programa federal, como as intituladas cozinhas solidárias, formadas principalmente pelas ações da sociedade civil.

As cozinhas coletivas têm três características presentes em parte considerável desses projetos e que as tornam distintas de diversas ações de assistência alimentar. O primeiro é sua capilaridade, já que podem ser formadas em conjunto ou exclusivamente pela comunidade local e, por isso, deter o conhecimento sobre o seu território, assim como são, por exemplo, os agentes comunitários de saúde. Um espaço que fornece um elemento central à vida, o alimento, ao mesmo tempo em que pode ter uma profunda conexão com as pessoas atendidas e ter contato com as demandas específicas desse território e de seus diferentes contextos. O segundo é a descentralização. A participação social para formação e gestão das cozinhas coletivas aumenta o controle social sobre os mecanismos de combate à fome e promove a descentralização, fazendo com que tais equipamentos tenham maior resiliência e adequação às demandas locais (NEVES; MARINHO, 1999). A terceira característica é a regularidade vinculada a um espaço físico, criando-se assim um equipamento que é entendido como seguro e permanente pela comunidade atendida e que difere de outras ações como entregas pontuais de alimentos.

Por isso defendo que a proposta de coletividade e a presença palpável e cotidiana nas vidas das pessoas fazem com que a cozinha coletiva possa ser diferente de outras formas de lidar com a fome. A partir da atuação há quase quatro anos em uma cozinha percebo cotidianamente esse potencial.

Primeiro pelas histórias que conheci de meus vizinhos, principalmente vizinhas, a partir da fila diária para pegar marmitas. Percebi no trato com essas pessoas, por exemplo, que os idosos formam um grupo muito vulnerabilizado nas periferias que não é necessariamente mapeado pelos equipamentos públicos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Foi possível ver uma íntima ligação entre fome e violência doméstica presente em

muitas famílias que atendemos. Identifiquei que boa parte de migrantes recentes, como as famílias bolivianas do meu bairro, não conhece os equipamentos públicos de assistência social e muitas vezes recorre à Unidade Básica de Saúde (UBS) para resolver um problema que não pode ser solucionado lá: a fome. Também entendi que a saída efetiva de uma situação de fome passa, no primeiro momento, pela assistência em si.

Nesses anos de projeto a lida diária para fazê-lo acontecer, como a comunicação com as famílias, as reuniões de organização, as decisões tomadas coletivamente e os projetos futuros fazem parte do que podemos entender como política da vida cotidiana. Sendo assim, como destacou Denise De Sordi (2023), tais cozinhas podem carregar consigo o exercício da organização política, concebida para além de política partidária ou governamental, como organização da vida coletiva, o pensar e exercitar o coletivo. Um projeto que pode ter nascido do sentido de urgência em uma situação entendida como crise, mas carrega a potencialidade de apresentar outras formas de organização da vida para além da mercantil.

É possível interpretar a cozinha coletiva como parte de um conjunto de ações políticas que tem como objetivo “desenvolver modelos de desmercantilização de alimentos [e] que buscam ser a antítese da ‘caridade’, onde a comida, embora compartilhada gratuitamente, não é um presente, mas um meio de afirmar e cumprir um direito” (HEYNEN, 2010, p. 1227).

Por isso é necessário superar a dicotomia entre direito e assistência para pensarmos uma postura política emancipatória e crítica, mas também que passe pelo acolhimento. Como o Free Breakfast for School Children Program promovido pelos Panteras Negras, que distribuía café da manhã gratuito para as crianças antes da escola. Ou Aylene Quin, mulher negra estadunidense que alimentava os ativistas pelo direito de voto em seu restaurante e, por isso, uma bomba foi explodida embaixo da cama de seu filho mais novo (COPE, 2022).

Enquanto entendermos a assistência como a antítese do direito, correremos o risco de afastar (ainda mais) parte considerável da população que necessita de acessos dos mais diversos para produção e reprodução da vida. Se muitas vidas pelo Brasil são assim, podemos trabalhar para que um prato quente de comida seja produzido e compartilhado entre aqueles que estão propondo uma lógica do bem-estar coletivo. Uma lógica que compartilhe o que tem e que aponte as raízes estruturais da formação das desigualdades, promovendo a consciência de que outra forma de organizar a sociedade é possível. Não podemos nos furtar do coração dos territórios.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006a. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2006a. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de Implantação de Cozinhas Comunitárias. Brasília (DF), 2006b.

COPE, S. Power Hunger: women of the Black Panther Party and Freedom Summer and their fight to feed a movement. Chicago: Lawrence Hill Books, 2022.

DE SORDI, D. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): solidariedade, e reconstrução da esfera pública (2021-2022). *Mundos do Trabalho*, v 15, p. 1-21, 2023.

GENTIL, P. Apresentação feita no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). 01 de setembro de 2023.

HEYNEN, N. Cooking up Non-Violent Civil-Disobedient Direct Action for the Hungry: ‘Food Not Bombs’ and the Resurgence of Radical Democracy in the US. *Urban Studies*, vol. 47, p. 1225–40, 2010. <https://doi.org/10.1177/0042098009360223> Acesso em: 11 nov. 2023.

LEME, A. S.; BLANCO, L. F.; ANTIPON, L. C; RIBEIRO Jr; J. R. S. Fome e assistência alimentar na pandemia. São Paulo: Sefras, 2022.

NEVES, G. H.; MARINHO, H. Os rumos do debate sobre desenvolvimento municipal. *Revista de Administração Municipal. Municípios*, v. 222, p. 22-30, 1999.

PERINI, J. H. M.; NOGUEIRA Neto, A. L.; SILVA, M. M. A.; MEDEIROS, B. J.; LIMA, K. F. A rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (REDESAN) como estratégia da política de Segurança Alimentar e Nutricional. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate* n14. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.



Fome, crises alimentares e participação social: a política como conhecimento coletivo e a atuação do COMUSAN-SP



André Luzzi de Campos



Bruna Rocha



Roberta Moraes Curan

Palavras-chave: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Urbano; Participação e Controle Social.

Os orixás Oxossi, Ossaim e Obá são considerados na cosmologia afro-brasileira referências do conhecimento e da verdade em virtude do cuidado e manejo das matas, alimentação, folhas e ervas. O conselheiro Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Pai Jair de Odé, representante da sociedade civil e morador da zona leste de São Paulo abre os caminhos nessa mata dos saberes ancestrais:

Povos originários e povos de matrizes africanas sempre cultuam muito a natureza. Assim como os peixes precisam das águas, os orixás precisam de cuidados. Os orixás vivem através das águas, das folhas, do verde, das matas, das terras que nos trazem o alimento. Com as ocupações a gente perdeu um pouco de espaço, mas os orixás estão presentes em tudo, no verde. Ossain cuida das matas e das folhas. Oxossi dos animais, dos alimentos. Omolu Obaluaê cuida das terras, que nos dá alimento também. É uma história totalmente ligada à natureza, por isso a preservamos (2023, depoimento coletado pelos autores).

Os espaços e instâncias de participação social podem ser vistos também como espaço do conhecimento pois são instâncias para garantir as necessidades alimentares da população por meio do compromisso com uma escuta cuidadosa, a investigação aguçada e o ânimo guerreiro para produzir referências para a incidência política e controle social.

Assim como nos terreiros, “para aprendermos a cozinhar ou aprendermos os saberes e os fazeres do terreiro, o principal é ouvir, saber ouvir, entender o que ouviu, para depois começar a praticar o que ouviu e renovar seu talento e sua energia. Então, quando perguntarem onde fica o coração do terreiro, pegue a colher de pau!!! A cozinha do Asé é sagrada!!! (CARMO et al, 2022).

Na cidade de São Paulo, o COMUSAN traz essa energia para o campo da política. Se dizemos que alimentação é axé, se é transcendência, a política, por associação, é a magia criada pelo sábio uso dos diferentes conhecimentos.

Criado há vinte anos pelo decreto nº 42.862/03, e posteriormente estabelecido pela Lei nº 15.920/13, referente aos componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, trata-se de um colegiado composto por representantes da sociedade civil e do poder público, na proporção de dois terços e um

terço. A representação da sociedade civil contempla movimentos populares e sociais, coletivos e fóruns, organizações sociais que atuam em diferentes áreas, assegurando a representação de gênero, orientação sexual, raça/etnia, produtores, consumidores, bem como instituições de ensino e pesquisa e de trabalhadores.

O Conselho tem por atribuições propor as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de SAN; articular, acompanhar, monitorar e fiscalizar, a implementação e a convergência de ações. E, ainda, instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres nos diferentes níveis de gestão; e mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil.

A criação do colegiado está associada ao fortalecimento nas duas últimas décadas de uma agenda política e pública sobre a importância das cidades para a promoção e realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA).

As cidades, o combate à fome em São Paulo e os instrumentos de planejamento e gestão

A fome, a sede e a má alimentação, as fortes pressões do avanço e o adensamento das cidades sobre áreas que devem ser protegidas, as mudanças climáticas e seus impactos, as profundas desigualdades nos diferentes territórios resultantes de processos históricos de opressão e exclusão foram alguns pontos que levam ativistas sociais, especialistas e gestores públicos a atuarem visando a implementação de políticas alimentares no contexto urbano.

São Paulo, por um tempo, foi considerada uma cidade estritamente urbana, com o seu espaço rural invisibilizado. A partir do Plano Diretor Estratégico (2014), o município passa a ter um terço do seu território considerado como espaço rural. Esse feito facilita a inserção de novas políticas públicas e o avanço de políticas já institucionalizadas. A exemplo, tem-se o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (Lei 13.927/04), que busca promover a agricultura no município.

A cidade ganhou visibilidade internacional ao ser uma das contempladas com o prêmio da Bloomberg Philanthropies para a execução do plano Ligue os Pontos. O Programa Sampa+Rural, vigente atualmente como um desdobramento dessa iniciativa, consiste em uma plataforma que reúne dados de todas as agricultoras/os do município, bem como informações sobre turismo e vivências rurais, alimentação saudável, mercados, iniciativas e outras políticas.

No contexto internacional, um conjunto de cidades se reuniram por ocasião da Expo Milão e acordaram a celebração do Pacto de Milão por uma Política Alimentar Urbana, em 2015. Cidades brasileiras como Araraquara, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador tornaram-se signatárias. O Pacto possui 6 eixos de atuação e 37 ações com intuito de promover sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis, combater a fome e o desperdício nas cidades (Milão, 2021).

No âmbito do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) a Nova Agenda Habitat III almeja uma transformação das cidades e assentamentos humanos a partir de sistemas alimentares saudáveis e articulação de forma coerente entre políticas setoriais como desenvolvimento rural, segurança alimentar e nutricional, gestão dos recursos naturais, entre outras (ONU, 2017). Em outra frente, a Agenda da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estabeleceu uma Agenda sobre a Alimentação Urbana.

O Comitê de Segurança Alimentar da ONU (CSA) por sua vez criou uma linha de trabalho sobre Urbanização e Transformação Rural buscando constituir recomendação política sobre a relação do contínuo rural urbano¹. Contudo, por inabilidade dos Estados membros da ONU em dedicar adequada importância à agenda urbana de SAN e acolher as práticas da sociedade civil e povos indígenas, o resultado das discussões tornou-se uma produção frágil não sendo capaz de se converter em um documento político negociado

Neste novo plano plurianual do CSA, com vigência entre 2024 e 2027, como reflexo das grandes conturbações sentidas pelo impactos da pandemia de Covid-19 e novas dimensões da crise alimentar, o tema é recolocado como uma linha de trabalho na função de recomendações em matéria de políticas sob o mote “Fortalecer os sistemas alimentares urbanos e periurbanos para alcançar a segurança alimentar e nutricional em o contexto de urbanização e transformação rural”²

Considerações Finais

Observa-se que os ambientes institucionais no âmbito local, nacional, regional e global de governança da SAN possuem dificuldade de incorporar os saberes, tecnologias e conhecimentos distintos. Outro fator limitante a esses espaços é a ausência da inclusão do recorte interseccional e basear suas ações nos direitos humanos.

Nesse sentido, evocar a soberania alimentar é condição para enfrentar os grandes, profundos e complexos desafios. A declaração de Nyèleni define que a soberania alimentar é o “direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (Nyèleni, 2007, p.2).

Para pensar os desafios da participação social nas cidades como São Paulo, e considerando a atuação do COMUSAN-SP, é oportuno considerar a abordagem de D’Andrea (2022) que aponta a necessidade de uma perspectiva que articule raça, gênero e classe, trazendo à cena a memória de processos organizativos dos sujeitos periféricos, formas cuidados e defesa apoiados. Ao mesmo tempo chama atenção para a um olhar intercruzado da participação popular e cidadã, a partir da organização social; o bem estar comunitário; a equidade racial, e a atuação da sociedade civil é uma maneira de articulação e integração das diferentes políticas, programas e serviços ao nível do território(Casas de Conselhos).

Em virtude das múltiplas causas da fome, má alimentação e nutrição, o COMUSAN intenta promover um perspectiva holística das políticas públicas tendo participado com integrante da Comissão de Acompanhamento da inclusão de orgânicos na alimentação escolar (Lei 16.140/15) e no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), bem como do Conselho Estadual de SAN, acompanhando a atuação da Comissão Regional de SAN da Capital.

Desenvolve como um chamado à ação o COMUSAN Conecta por meio de sessões mensais que objetiva dialogar com integrantes dos conselhos de direitos e políticas públicas, comissões,

1 Mais informações sobre o processo e a atuação da sociedade civil e povos indígenas podem ser conhecidos no sítio eletrônico do Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas para as relações com CSA disponível em: <https://www.csm4cfs.org/policy-working-groups/urbanisation-and-rural-transformation/>

2. Mais informações sobre o Observatórios podem ser conhecidas em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/observatorio-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-da-cidade-sera-inaugurado-terca-feira> | <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/seguranca-alimentar-e-discutida-na-primeira-reuniao-do-obsanpa/>

comitês e grupos de trabalho visando a realização da intersetorialidade e integração de políticas, programas e serviços na cidade.

Não ignora, ainda, a urgência na construção de evidências para monitoramento da situação alimentar que apoiem a tomada de decisões. Neste sentido, criou em 2023 o Observatório de SAN³ que carrega em sua consigna os “diferentes sabores e saberes são ingredientes da transformação”, revelando a necessidade de se incluir os grupos mais afetados na produção de dados e informações.

Constata-se, frente aos fenômenos observados, a limitada capacidade de incorporação de diferentes formas de conhecimento e saber no âmbito da governança das políticas alimentares. No entanto, é possível reconhecer como práticas como do COMUSAN-SP, enquanto um órgão de participação e controle social, potencializa as mudanças socioambientais a partir de vivenciar outras sociabilidades e fazeres políticos abrindo luz ao debate democrático.

3. <https://www.fao.org/3/nn204en/nn204en.pdf>

Referências

CARMO, Elaine S. et al (organização). **Exú, cabaça e prosperidade: uma proposta de economia de terreiro**. São Paulo: UNIFESP, 2021;

D’Andrea, Tiarajú Pablo. **A Formação das Sujeitas e dos Sujeitos Periféricos**. São Paulo: Dandara Editora/Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

FAO. **Pacto de Política Alimentaria Urbana de Milán: Marco de Monitorio**. Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2021.

Nyeléni. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni: Foro Mundial Pela Soberania Alimentar, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/>

ONU. **Nova Agenda Urbana III**. Quito: ONU/HABITAT, 2019.





Horta urbana comunitária das Mulheres do GAU, no bairro São Miguel Paulista, São Paulo, 2024.

JOVENS

PES

QUISA

DORES

Fome na América Latina e Caribe: “O passado é mudo ou continuamos sendo surdos?”



Beatriz Gomes Cornachin

O cenário alimentar da América Latina e Caribe apresenta aspectos desafiadores. O contraste entre uma região exportadora de commodities e os elevados índices de desnutrição e insegurança alimentar nos leva a indagar as motivações para tal realidade. No caso, o texto tem por intuito tecer algumas reflexões acerca do impacto de um passado colonial na região. Assim como a sua conexão com a atualidade no que tange o cenário agroalimentar e a destinação de terras para a produção de commodities ontem e hoje bem como a imposição das políticas e seus atores que contribuem para o atual cenário que a região experimenta no que tange ao cenário agroalimentar. Para tanto, a fim de exemplificar o argumento de tal impacto estrutural imposto historicamente, os exemplos de Cuba e Haiti são contrastados de maneira mais específica.

O relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) “América Latina e Caribe: Panorama Regional da Segurança Alimentar e da Nutrição” publicado em 2023 evidencia os principais indicadores, tendências e motivadores do cenário alimentar da região. Ainda que alguns indicadores estejam melhores quando comparados os anos de 2021 e 2022, a região está distante de atingir as metas do segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável “Fome Zero e Agricultura Sustentável” até 2030. Durante o ano de 2022, a região também apresentou uma prevalência de insegurança alimentar (moderada ou grave) mais elevada que a estimativa mundial e com uma diferença dos indicadores entre homens e mulheres e zonas urbana e rural também maiores que a média mundial. É fundamental pontuar ainda que os dados da FAO não evidenciam a diferença racial, mas em países como o Brasil, marcado pelo racismo estrutural, a insegurança alimentar afeta mais a população negra e em especial as mulheres negras.¹

Como consta na tabela 1 (p.57), no caso do Caribe, a Prevalência de Desnutrição (PoU) e a insegurança alimentar moderada e grave apresentaram aumento. Dentre as causas de tal cenário, o relatório relaciona o elevado custo das dietas saudáveis com o impacto da pandemia de Covid-19, a crise climática e o conflito na Ucrânia. Também pontua a desaceleração econômica, o aumento da inflação alimentar e as desigualdades de rendimentos na região.

Palavras-chave: Fome; Segurança Alimentar; América Latina e Caribe; Haiti; Cuba.

1. Como evidenciado pelo último relatório da Rede Pennsan: Insegurança alimentar leve, moderada ou grave – Média nacional (58,7%); Homem Branco (41,7%); Mulher Branca (52,5%); Homem Negro (60,3%); Mulher Negra (69,9%)

Indicador/Região	Mundo	América Latina e Caribe	América do Sul	América Central	Caribe
Prevalência de Subalimentação (%)	9,2	6,5	6,1	5,1	16,3
Número de pessoas subalimentadas (milhões)	735,1	43,2	26,8	9,1	7,2
Prevalência de insegurança alimentar grave (%)	11,3	12,6	12,7	8,6	28,2
Homens	9,5	11,2	11,1	7,3	26,7
Mulheres	10,6	13,8	14	9,3	29,8
Rural	12,8	14,4	14,5	11,9	28
Periurbana	11,6	12,6	12,3	9,9	12,3
Urbana	9,4	10,1	10,7	5,9	10,7
Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave (%)	29,6	37,5	36,4	34,5	60,6
Homens	25,4	32,7	31,3	29,5	58,9
Mulheres	27,8	41,8	40,9	38,7	62,8
Rural	33,3	40,4	37,2	43,5	57,8
Periurbana	28,8	38,6	37,5	37,6	48,6
Urbana	26	32,1	32,5	27,8	47,3
Custo de uma dieta saudável - Dólares por pessoa por dia	3,66	4,08	3,82	3,63	4,41
Pessoas que não podem acessar uma dieta saudável (%)	42,2	22,7	20,6	22,2	57
Número de pessoas que não podem acessar uma dieta saudável (Milhões)	3.139,50	133,4	83,8	34,2	15,4

Tabela 1. Indicadores - Panorama regional da Segurança Alimentar e da Nutrição 2023 FAO.
Fonte: elaboração própria com base em FAO (2023).

Entendemos que o relatório tem uma perspectiva de análise conjuntural e menciona os motivadores que podem ser observados de maneira mais pontual, não necessariamente evidenciando as contradições estruturais que fazem com que a região apresenta níveis elevados de insegurança alimentar e de desnutrição. Deve ser levado em consideração, o fato de que a realidade acerca da questão alimentar na região e no mundo já não estava nos caminhos para “Fome Zero até 2030” mesmo antes da pandemia.

A fome² e as temáticas que a envolvem mobilizam conhecimentos de diferentes áreas, aqui, foca-se em um desses aspectos, relacionado de maneira estrutural com a questão: a relação histórica do passado colonial e da destinação das áreas de plantio à produção de

2. Importante mencionar que a própria conceituação acerca da privação alimentar tem suas diferenças conceituais, como fome, desnutrição, subalimentação, má-nutrição, insegurança alimentar. Tais diferenças não estão relacionadas apenas a questões técnicas ou de mensuração, mas evidenciam também toda uma trajetória de disputa acerca da conceituação e dos atores envolvidos na cadeia alimentar, desde o produtor até o consumidor.

gêneros para exportação, em detrimento de áreas para cultivos alimentares da população. Portanto, a dimensão política da alimentação está longe de ser uma escolha individual, pois perpassa uma estrutura de organização da divisão internacional do trabalho, inclusive estreitamente vinculada com a própria temática alimentar e suas variáveis. Esse passado colonial e tal destinação de terras esteve atrelado ao desenvolvimento de um modo de produção específico, o capitalismo. Ainda hoje, vivemos sob tal modo e, portanto, ainda que com diferenças entre regiões e vivências, no geral são as determinações desse modo de produção que implicam na questão alimentar e, inclusive na própria determinação do que é bom para comer (SANTOS, LOBERA, 2018). Acerca da América Latina e Caribe e mais especificamente sobre o Caribe, os séculos de dominação das potências coloniais, revelam uma rica relação entre o que lhes é comum e o que é diverso. (ZANETTI, 2018).

Tendo em vista o comum, podemos citar justamente o histórico que envolve tais territórios, especialmente as Antilhas, anteriormente conhecidas como ilhas do açúcar (ou Sugar Islands). No caso, potências coloniais como Inglaterra, França e Espanha de maneira mais ampla, assim como Holanda utilizaram terras coloniais para plantio de cana-de-açúcar a partir da mão de obra escravizada. A inserção de tais territórios à produção de açúcar possibilitou a acumulação de capitais nas metrópoles financiando sua industrialização. Além de países do Caribe, o Brasil, especialmente no Nordeste, também foi palco de intensa produção açucareira nos mesmos moldes coloniais.

Eduardo Galeano no livro *As veias abertas da América Latina*, aborda os efeitos da monocultura nos solos e na vulnerabilidade das pessoas envolvidas nesse processo. Ele evidencia como os camponeses deixavam de plantar alimentos para sua subsistência de maneira forçada e também como a população africana escravizada e seus descendentes foram retirados dos seus territórios originários para abastecer essa produção açucareira. Da mesma maneira, cita como, em países como Brasil e Cuba, os quilombos, como Palmares ou as regiões montanhosas, apresentavam cultivos diversos para a alimentação da sua população sendo a destruição desses plantios um dos principais atos de colonos e capatazes, quando invadiam um quilombo. Ademais, observando especificamente o Caribe, e buscando o comum dentro do diverso, temos dois países que apresentaram elevada produtividade de açúcar e que hoje, apesar do histórico comum, apresentam cenários muito distintos acerca da questão alimentar: Haiti, já nomeada como Pérola das Antilhas, então, ilha de Saint-Domingues e Cuba, a maior das Antilhas.

Em média, o consumo diário aparente em Cuba atende às recomendações nutricionais, ainda que os desafios acerca da problemática de acesso físico e econômico existam, e deve ser levada em consideração, a complexidade de um cenário heterogêneo de acordo com a zona de moradia, padrão cultural e nível de renda (WONG, GÁRCIA, NOVA, 2022). De acordo com o relatório da FAO, a prevalência de desnutrição da ilha é menor que 2,5%. Já no Haiti, essa proporção é de 45%, com 82,6% de insegurança moderada ou grave. (FAO, 2023)

Em momentos históricos distintos, ambos os países buscaram romper com o que os colonizadores impuseram: a escravidão, o subdesenvolvimento e a fome. A Revolução Haitiana que começa no final do século XVIII e declara-se vitoriosa em 1804 – derrotando a França e tropas de Napoleão Bonaparte -, transformou o país no primeiro território americano livre da escravidão e, enquanto queimava as monoculturas marcada pelo sangue da população escravizada, tinha como preocupação a concessão de terras para produção de bens de primeira necessidade. Este projeto foi intensamente perseguido desde o assassinato de Dessalines até a atual influência dos Estados Unidos da América ao destinar

as terras para -uma vez mais- promover a produção de itens exportáveis, exploração da madeira, instalação de zonas francas. Assim, possibilitando, de um lado, a utilização das mesmas por grandes capitais como a Haytian American Sugar Corporation (HASCO) ou United Fruit. Por outro lado, criando espaço para criação de um mercado dependente de arroz, convenientemente, arroz estadunidense. Movimentos de camponeses contrários foram duramente massacrados e muitos destes, inclusive, eram enviados para Cuba para trabalhar justamente nas plantações de cana. Já Cuba, depois da Revolução Haitiana, dada a proximidade geográfica - mas não apenas - apresenta elevado aumento da produção de açúcar em seu território e de maneira mais intensa, no Oriente da ilha. Em 1959, outra Revolução marca a história do Caribe: a Revolução Cubana que busca desde então romper com a imposição da monocultura da cana e com a estrutura latifundiária. De igual modo, assim como no Haiti, inúmeras tentativas para frustrar o processo revolucionário são impostas. Contudo, a realização das reformas agrárias e da priorização à alimentação do povo, declarada desde o primeiro ano da Revolução, encontra maior efetividade.

Desde então, ambos países – e a região do Caribe como um todo – são marcados pela intensa presença estadunidense. No caso do Haiti, a elaboração de políticas e intervenções militares marcam as chamadas tentativas de estabilização. No caso de Cuba, há o bloqueio – que afeta intensamente o setor agropecuário – e a presença de uma base naval no território de Guantánamo. No Haiti, a cartilha neoliberal foi aplicada de maneira impositiva, contudo, o fato de apresentar o maior número de desnutrição das Américas, coloca em questão a eficiência de tais políticas, uma vez que as mesmas impactaram também o setor agroalimentar. Em Cuba, os desafios de diferentes ordens, inclusive internos, são intensificados de maneira significativa por conta do bloqueio, especialmente no acesso a insumos e tecnologias para a cadeia agroalimentar. Como comum, o passado colonial e destinação das terras ao plantio de açúcar para acúmulo das metrópoles, as revoluções e a presença estadunidense, ainda que de diferentes formas, pela imposição da cartilha neoliberal ou pelo embargo. Como diverso, os distintos cenários dos países resultantes de diferentes políticas e suas prioridades. Galeano é certo quando cita diretamente Augusto Cochin “A história de um grão de açúcar é toda uma lição de economia política, de política e também de moral” (p. 116). Quantos grãos podemos citar além do açúcar? Nos interroga -uma vez mais- Galeano: “O passado é mudo ou continuamos sendo surdos?” e igualmente nos adverte: “A independência se restringe ao hino e à bandeira se não se fundamenta na soberania alimentar. Tão só a diversidade produtiva pode nos defender dos mortíferos golpes da cotação internacional, que oferece pão para hoje e fome para amanhã. A autodeterminação começa pela boca”. (p. 7)





Benedito Calixto de Jesus. Moagem de Cana. Fazenda Cachoeira, Campinas, 1830.
Acervo do Museu Paulista da USP

**AR
TES**

Vida em mutirão



Marco Aurélio Toresin



Marília Simão de
Santana

O filme “Vida em Mutirão” (23’20”, 2023) apresenta os mutirões da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras de Barra do Turvo (RAMA) e da Rede de Comercialização Solidária, que consome os alimentos produzidos pelas mulheres. As mulheres da RAMA estão juntas desde 2016, caminhando e resistindo na preservação do território e das práticas e saberes tradicionais quilombolas, na produção de alimentos agroecológicos e na construção das relações com uma rede de comercialização solidária. O vídeo mostra as práticas feministas e coletivas de organização de trabalho presentes nos encontros e trocas de conhecimentos nos territórios do Vale do Ribeira e na Grande São Paulo.

As fotos nas páginas seguintes, feitas durante as filmagens, são de Marco Toresin, que assina a direção do filme junto a Marília Simão (Sabi Filmes). A produção é de Helena Zelic, Marília Simão, Miriam Nobre, Natalia Lobo, Renata Reis, Sheyla Saori e RAMA. Uma realização da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e da CACTUS, com apoio do Espace Femmes International (EFI) e da Federation Genevoise de Cooperation.

Acesse o vídeo com o celular:













Rural Metropolitano



Maria Lucia
Bellenzani

Maria Lucia Bellenzani é engenheira agrônoma e doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. As fotografias a seguir foram registradas em março de 2024, no Vale do Paraíba, durante o percurso do trabalho de campo da sua pesquisa de doutorado, “Paisagem e Território na Macrometrópole Paulista: revelando o rural metropolitano”.



(acima) CSA (Comunidade que sustenta a agricultura) Taubaté.
Horta agroecológica no bairro do Retiro, Taubaté.
CSA Divino Alimento. Município de São Luiz do Paraitinga.





Arroz biodinâmico. Campo experimental na APTA Pindamonhangaba. (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento).

Fazenda de produção de gado de corte, município de Pindamonhangaba.



Plantação de feijão com campo de arroz
ao fundo, município de Tremembé.



Bisneto da cota: trajetórias imateriais das Folias de Reis e transformações territoriais rurais dos últimos 25 anos em Presidente Olegário, MG



Gabriel Machado

As fotos pertencem ao Trabalho de conclusão de curso em Planejamento Territorial da UFABC, intitulado “Bisneto da Cota: Trajetórias imateriais das Folias de Reis e transformações territoriais rurais dos últimos 25 anos em Presidente Olegário, MG”.

O objetivo do trabalho é identificar e descrever as sociabilidades imateriais e as mudanças territoriais rurais dos últimos vinte e cinco anos no município de Presidente Olegário, Minas Gerais. A metodologia utilizada é a pesquisa participante, com o objetivo de debater aspectos materiais, visões de mundo e valores, com a ideia de cativo da terra em seu sentido literal: a armadura da estrutura agrária na realidade brasileira. Dessa forma, faz-se um recorte na tradição cultural imaterial das Folias de Reis, manifestação cultural-religiosa que estrutura grupos de devoção aos santos nas comunidades rurais, que, no município, representa 94% do seu território, sendo um elo entre as políticas de desenvolvimento das comunidades rurais, o território e suas manifestações imateriais. A tradição, de origem ibérica, faz parte das celebrações mais antigas e difundidas no estado de Minas Gerais e no Brasil, e, ao longo dos anos, foi se tornando importante na construção do imaginário, paisagem, política, identidade e memória individual e coletiva dos mineiros e olegarienses. As folias reúnem em torno de si diversas práticas culturais, saberes, formas de expressão, ritos, modos de produção e celebrações, representando uma parte importante do patrimônio cultural do município e do país. Assim, sob a perspectiva do planejamento territorial temos a hipótese de que, a sociologia da vida cotidiana e a imaterialidade da manifestação cultural, bem como sua trajetória, coaduna-se ao desenvolvimento territorial rural no município ao longo dos anos, que é resultante das políticas, racionalidade e cultura das estratégias de desenvolvimento territorial rural globais e nacionais, reproduzindo relações capitalistas e não-capitalistas de produção.







Marmita



Pablo Vieira

Marmita é uma obra produzida a partir da reflexão sobre as experiências que tive trabalhando com distribuição de comida para população de rua durante a pandemia de COVID-19 na região da Cracolândia no centro de São Paulo. Mais ou menos na mesma época, tive contato com duas pesquisas que me levaram à produção deste trabalho: a primeira foi a publicação dos dados do *Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19*, em 2020, e o segundo foi o acervo de obras do *Museu de Arte Sacra de São Paulo* (que fica na mesma região onde eu trabalhava com a população de rua), composta em grande parte por esculturas em madeira e metais preciosos. A partir de então tornaram-se objetos da minha pesquisa tanto a denúncia das condições de consumo de alimentos das comunidades pobres que habitam o centro de São Paulo, quanto o entendimento da obra de arte como matéria imbuída de sacralidade.



Marmita (2020-2024)
escultura
suporte: madeira e impresso

FOME

Pessoas sem acesso pleno a comida 116,8 milhões

Pessoas que não contam com alimentos em quantidade suficiente 43,4 milhões

Pessoas passando fome no Brasil 19,1 milhões

PANDEMIA

Brasileiros abaixo da linha da pobreza 12,8% (27 milhões)

Lares brasileiros que se encontram em situação de insegurança alimentar 55,2%

Alta no valor dos alimentos após 12 meses de pandemia 15%

Insegurança Alimentar



65,6%

Famílias que receberam auxílio emergencial e que encontram-se em insegurança alimentar leve ou grave.

Fontes: <https://bityli.com/4teyi>
<https://bityli.com/eOgWE>
<https://bityli.com/c7xYp>
<https://bityli.com/bivvn>
<https://bityli.com/RtcOa>

CRACOLÂNDIA

Vagas perdidas com o fechamento da unidade de Atendimento Diário Emergencial (ATENDEII) 300

Valor gasto em munição, em ações de repressão, entre os meses de set/20 e mar/21 R\$ 60.247,12

Valor por unidade de bala de borracha R\$ 31,32

Valor por unidade de granada de gás lacrimogêneo R\$ 356,20

Valor por unidade de marmitta distribuída R\$ 10,00

ENTRE VIS TA



Luci Aparecida
Uliana Serra

A entrevista com Luci Aparecida Uliana Serra, Secretária Adjunta de Segurança Alimentar de Diadema, foi realizada no dia 23 de janeiro de 2024 no Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema (CRESAND) e conduzida por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior e Luciana Travassos (docentes da Universidade Federal do ABC).

José Raimundo – Bom dia Luci. Quero te dizer que estou muito feliz de estar aqui novamente. Acompanhei por uma semana o trabalho de vocês aqui na Secretaria de Segurança Alimentar de Diadema, juntamente com os estudantes da disciplina Observatório de Políticas Públicas da UFABC ministrada pela profa. Livia Tommasi. É muito bom te entrevistar e conhecer mais sobre sua trajetória profissional. De saber como você caracteriza e avalia as políticas de segurança alimentar e nutricional e quais são os desafios que você entende que existem hoje para a superação da fome no nosso país, tanto no nível municipal, estadual como federal.

Luci – É muito bom falar um pouco da minha história, mas que acaba se misturando muito com a trajetória da política de segurança alimentar no nosso país.

No começo da gestão do prefeito Filippi¹ a gente se colocou um grande desafio, que era o de tentar estabelecer uma relação mais próxima com o meio acadêmico. Porque meu entendimento é de que na academia vocês têm um conhecimento muito represado e que poderia ajudar muito na gestão pública, principalmente nas gestões públicas municipais.

Luciana Travassos – Para a gente também. Porque esses dois conhecimentos articulados é que podem de fato fazer com que mudemos várias situações que a gente vê por aí, não é?

José Raimundo –. Acho que um dos propósitos da revista é esse mesmo, então é muito legal você já começar colocando isso.

Você pode começar nos contando um pouco sobre a sua trajetória profissional, em especial naquilo que tem relação com a temática da segurança alimentar.

Luci – Acho que tudo começou na minha formação técnica no ensino médio. Eu fiz colégio agrícola e sou técnica em agropecuária,. Fiz lá em

1. Referência à gestão de José de Filippi Júnior (PT) que teve início em 2021.

Jundiaí. E foi a partir daí que eu tive a oportunidade de trabalhar na gestão da prefeita Luísa Erundina, lá nos anos de 1990 à 1993, quando me vinculei a essa temática. Na época não era nem segurança alimentar, a gente trabalhava na política de abastecimento na Secretaria Municipal de Abastecimento do município de São Paulo.

Quando você trabalha essa questão de garantir direito à alimentação saudável para as pessoas, você acaba se envolvendo pessoalmente, profissionalmente, então eu comecei a me envolver e acabou virando uma militância política também.

Durante a gestão da Luísa Erundina encontramos muitos desafios. Um deles foi de dar um salto de qualidade no programa de alimentação escolar. A gente também implantou os sacolões municipais em toda a cidade de São Paulo, o que foi muito importante naquele momento, porque era um período de inflação muito alta e não havia muitas alternativas de acesso. Daí surgiu essa proposta, que foi muito importante porque conseguimos garantir o acesso a alimentos saudáveis para as pessoas na periferia. O preço chegava a ser de 40% a 50 % abaixo da média de mercado.

Também havia programas de compra de alimentos, que buscavam adquirir produtos de pequenos produtores, de organizações de produtores, que ainda eram muito desarticulados. Na época houve uma ocupação do MST em Sumaré (SP) e nos conseguimos trazê-los para comercializar alimentos em alguns pontos estratégicos da cidade. A gente cedia espaços públicos não só para produtores, mas também para fornecedores e atacadistas, desde que o alimento passasse por um controle de qualidade da equipe da secretaria e eles vendessem a um preço acordado, que era sempre bem abaixo do preço de mercado. O preço era a garantia de um abastecimento popular.

Também houve outras experiências como os comboios de alimentos, as compras comunitárias. Na época eu era uma jovem, tinha 20 anos e o nosso grande sonho, que foi realizado anos depois, era ter uma via de compra pública de alimento desses pequenos produtores. Naquela época isso era um sonho que estava longe de acontecer. Com muito trabalho e nessa construção de militância o sonho se tornou realidade através do PAA.

José Raimundo – E depois da gestão Erundina?

Luci – Por conta da experiência eu fui convidada no final da gestão Erundina para vir trabalhar em Diadema. Naquela época o Filippi, então candidato à prefeitura, colocou no plano de governo dele os sacolões municipais². Quando eu vim para Diadema além dos sacolões, começamos a pensar numa política de abastecimento para a cidade, com um trabalho de organização das feiras-livres, como foco na qualidade da prestação de serviços. Na época conseguimos implantar quatro sacolões municipais.

Terminada essa gestão fui convidada para ir para Mauá, onde fiquei cinco anos atuando nessa política. O objetivo era de conseguir implantar uma política pública nacional de segurança alimentar. Era um período de construção, e estávamos com muitos amigos espalhados por outros cantos do estado, do país, plantando essa semente.

Em Mauá o foco foi a melhoria da qualidade da alimentação escolar, mas com muita dificuldade, porque naquela época ainda a gestão era do Fernando Henrique Cardoso e o valor per capita que vinha para o município via PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar] era muito baixo.

2. José de Filippi Junior (PT) venceu essas eleições e foi prefeito de Diadema entre 1993 e 1996. Posteriormente, ele venceu outras três eleições tendo ficado à frente do município entre 2001 e 2008 e entre 2021 e 2024.

Trabalhamos na organização das feiras livres. Como os feirantes e comerciantes tinham pouco conhecimento, e pouco cuidado com a refrigeração, permitiam que as pessoas tocassem nos produtos, pois as pessoas não sabiam do perigo, dos riscos de contaminação. Aí dialogamos com eles, criamos cursos. Desde aquela época, a gente tentava trabalhar a intersectorialidade, e fizemos uma parceria com o pessoal da saúde, da vigilância sanitária.

Era um período em que havia muito desemprego e, trabalhando nas feiras, percebia-se o desperdício de alimento atrás das bancas. Aí conversamos com a gestão e se implantou o Programa de Suplementação Alimentar. Conversamos com os feirantes e eles doavam os alimentos que antes eram descartados.

A gente montou toda uma estrutura na prefeitura e produzia uma sopa. E se estruturou uma cozinha e se envolveu as organizações sociais, Pastoral da Criança, Associações de Amigos de Bairro, e levávamos a sopa até essas organizações para fortalecer o trabalho ali existente.

Depois desse período em Mauá, de 1997 à 2001, Filippi voltou para a prefeitura em Diadema e me convidou novamente para trabalhar com ele. Na época, havia grandes conflitos aqui por conta de comércio ambulante na região central. E tinha uma ordem judicial para tirar todos os ambulantes do centro. Construímos o Shopping Popular. Isso também tem relação com a política de segurança alimentar, porque é uma forma de garantir renda.

Paralelamente a gente foi trabalhando com os sacolões municipais implantados lá na década de 1990. O fato é que os sacolões não mais conseguiam competir com as grandes de supermercados, pois a margem de lucro dos sacolões é pequena, eles ganham na quantidade.

Mas continuamos nosso trabalho com as feiras livres, para melhorar a prestação de serviço. Fizemos parcerias com o SESI e com o SEBRAE, oferecemos cursos de higiene e manipulação de alimentos, o curso Aprender a Empreender (do SEBRAE).

Paralelamente, em 2002, começa então a grande campanha do Lula para presidente. Não sei se vocês lembram, mas se falava das caravanas da cidadania e foi aí que surgiu o projeto Fome Zero.

Com a eleição do Lula, por conta da militância, fomos ajudando o pessoal do então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome a implantar essa política nacional em Diadema. Eu e mais alguns técnicos já tínhamos uma trajetória, então quando surge o programa Fome Zero orientamos implantar os conselhos municipais de segurança alimentar.

O Ministério incentivava os municípios a implantar políticas municipais de segurança alimentar através de editais para implantar equipamentos públicos de segurança alimentar. Eram os bancos de alimentos, restaurantes populares, as hortas comunitárias. Implantamos o banco de alimentos, o programa de educação alimentar, informando as pessoas, a conscientização sobre uma alimentação saudável.

José Raimundo – É nesse momento que surge a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema?

Luci – A Secretaria surge em 2006 em uma reforma administrativa. A mudança para Segurança Alimentar se deu em 2009, na gestão do prefeito Mário Real.

No começo da década de 1990, esses gestores que trabalhavam, que militavam e atuavam nos governos focavam nessa questão da garantia do acesso ao alimento. Foi o momento em que o Betinho propôs a Ação Cidadania para enfrentar a fome, com a preocupação era garantir o acesso ao alimento.

O nome surgiu no Encontro Nacional de Saúde, na década de 1980. E foi se ampliando, o numero de profissionais que começam a militar nessa causa, que foi se ampliando. O alimento não tem que ser só acessível, mas também saudável e produzido de forma ambientalmente sustentável.

José Raimundo – Queria voltar para sua trajetória. Em 2001, você voltou para Diadema.

Luci – Isso, a partir de 2001 a gente começou então a estruturar uma política de segurança alimentar aqui na cidade que se fortaleceu quando o governo federal implantou o programa Fome Zero.

A gente conseguiu implantar o programa de educação alimentar nutricional, o programa Banco de Alimentos e, em 2004, começa a discussão do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A gente teve uma participação bem bacana através de uma modalidade do PAA, compras diretas da agricultura familiar. Através de um convênio, eles mandavam recursos para o município e este cadastrava os produtores e comprava o alimento. E esse alimento ia para os restaurantes populares ou para o banco de alimentos, que chegava até as famílias nos territórios.

No começo, foi um grande desafio, não só pra Diadema, mas pra vários municípios que aderiram ao programa. Mauá, Santo André, Guarulhos, Osasco. Porque aqui na Região Metropolitana temos agricultores na região de Mogi, que é o mais próximo. Então, começamos a mapear com a ajuda de alguns colegas que trabalham na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), que indicavam alguns grupos, associações de produtores de Ibiúna, de Piedade, do Vale do Ribeira.

A gente reunia técnicos dos municípios para fazer uma reunião com os produtores, apresentávamos o programa e indicávamos que eles teriam que se organizar. No primeiro momento houve uma grande resistência dos produtores em aderir. Devagar fomos conseguindo ampliar as compras. A gente viu o quanto o PAA ajudou na organização desses produtores, no fomento de cooperativas, de associações, no interior de São Paulo. Não somente o PAA, mas também o crédito para apoiar a compra de insumos, de maquinário. Esse foi um período de muita força para a agricultura familiar.

Em 2004, também implantamos o primeiro restaurante popular com ajuda de recursos do governo federal para adquirir todos os equipamentos.

Em 2009, implantamos o segundo restaurante popular. Conseguimos um terreno da prefeitura e construímos e equipamos outro restaurante popular com recursos do governo federal. Eu lembro que na época fomos conversar com o prefeito sobre nossa vontade de implantar restaurantes populares, um equipamento importante para garantir uma refeição de qualidade para as famílias que estavam numa situação de vulnerabilidade, de insegurança alimentar. Não só a família desempregada, mas aquele trabalhador que às vezes trabalha próximo do restaurante, que levava uma marmita e não tinha onde conservar e comia aquela comida que às vezes por estar fora de refrigeração já não estava com uma qualidade tão boa. Quando a gente pensa no restaurante popular, a gente pensa em todo esse público.

Na conversa com o prefeito ele disse que não teríamos recursos para subsidiar e eu respondi: “A gente não subsidia remédio? Por que não subsidiar alimentos? Vai prevenir doenças. Você vai investir no alimento e vai deixar de investir nos remédios.”

O primeiro Restaurante Popular, no Serraria, fica muito próximo de uma UBS. E eu lembro que a gente ia lá e ouvia relatos das equipes da UBS, da importância que foi o restaurante para as pessoas que eles faziam o acompanhamento, que sofriam de hipertensão, diabetes.

Nessa mesma época iniciamos um programa de agricultura urbana. Um vereador que vinha da Pastoral da Juventude e tinha uma visão da importância das hortas fez o projeto de lei de hortas comunitárias. Ao mesmo tempo, conseguimos recursos com o governo federal para implantar hortas através de compra de ferramentas.

Eram poucas hortas e eram comunitárias mesmo. Com o caminhar fomos amadurecendo. Envolvemos a Secretaria de Educação e começamos a trabalhar as hortas escolares. Aí vieram as hortas ocupacionais, junto com a Secretaria de Saúde. E criamos o Programa de Agricultura Urbana, por meio de um decreto que regulamenta todas essas modalidades.

Luciana Travassos – Gostaria de fazer uma pergunta. Sua trajetória é incrível e traz vários temas que tínhamos pensado em abordar na entrevista. Você fala bastante da relação entre o município com o governo federal, mas eu queria perguntar pra você qual foi o papel do governo estadual nessa trajetória toda?

Luci – Então, em um primeiro momento o governo estadual praticamente não teve uma articulação com a política de segurança alimentar. Tinha no governo do estado aquele programa de hortas, eu não lembro exatamente o nome, mas eram hortas comunitárias tinham apoio do fundo social pra sua implantação.

Nesse momento, eles tinham uma ação aqui na cidade que era um programa de distribuição de leite para organizações sociais.

Agora, nessa última gestão de 2021 à 2024, tivemos sim uma parceria com o governo estadual. Teve a implantação de um Restaurante Bom Prato no Eldorado, que funciona por meio de um termo de colaboração que envolve o governo do estado e a prefeitura, que repassam recursos para uma organização social que opera o restaurante.

José Raimundo – Para a gente interessa muito saber agora um pouco como você avalia o estado atual das políticas de segurança alimentar aqui no município.

Luci – Hoje, em Diadema, temos uma política de segurança alimentar implantada através de uma rede de equipamentos públicos. Aqui trabalhamos com a política de segurança alimentar dentro de alguns eixos. Tem o eixo da produção, apesar do município não ter muitas áreas disponíveis para produzir alimento, a gente enxerga muitas oportunidades aqui de produção de alimentos. Tanto que avançamos nas parcerias com a Eletropaulo, Enel e Transpetro [que cedem áreas para a implantação de hortas].

Também podemos avançar na relação com os produtores, na questão da formação agroecológica, porque muitos deles estão ali naquele espaço, mas não têm consciência da prestação e serviço que eles estão fazendo para o meio ambiente, para a comunidade.

E tem a questão das relações sociais entre eles. Quando chegamos em 2021, encontramos uma situação que não havia uma interação entre os agricultores urbanos. Às vezes, mesmo dentro da horta, era cada um no seu canteiro.

Até mesmo dentro das famílias eu acho que isso é um grande desafio, trabalhar as relações sociais, a integração. Não apenas no Programa Agricultura Urbana, mas em todos os outros públicos que a gente atende. Nas organizações sociais, no banco de alimentos, nos restaurantes populares.

Também queremos melhorar a comercialização desses alimentos, porque podem ajudar na geração de renda, pois ultrapassa a política de segurança alimentar.

Tentamos ao máximo levar para as pessoas essa consciência com relação ao alimento

saudável, desmistificando essa coisa do alimento fácil, prático, bonito, da embalagem bonita, dos ultraprocessados. Esse é um grande desafio que temos aqui na cidade.

Sobre os restaurantes populares, no final de 2022 implantamos um terceiro no Eldorado. E pretendemos fechar a gestão com um restaurante popular em cada região do município.

E com o fortalecimento do PAA, começamos a ter uma expectativa com relação à compra de alimento dos pequenos produtores. É uma modalidade do PAA, o programa Ação Simultânea e uma cooperativa de agricultores lá de Miracatu indicou o Banco de Alimentos de Diadema como a entidade que vai receber esses alimentos.

Temos hoje o Programa de Educação Alimentar, mas, não temos acesso a todas as escolas, a toda a rede de saúde. Então nos perguntamos, qual a proposta de uma ação integrada de educação alimentar e nutricional no município?

Precisamos envolver todas as secretarias, principalmente as de educação, assistência social, saúde e segurança alimentar. A ideia é que a gente construa um plano integrado que chegue numa grande parte da população, incentivando o consumo de alimentos saudáveis, focando na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Outra questão é a adesão ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar). Ela é importante porque faz a interlocução com o CONSEAD (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema) onde a sociedade civil tem assento. Nós também estamos trabalhando no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O atual governo federal voltou a incentivar os municípios a criar essa estrutura de uma política municipal de segurança alimentar. Surgiram várias instituições normativas, decretos do governo federal criando política de abastecimento. Uma coisa interessante que eles fizeram foi a instrução normativa que trabalha essa questão da intersectoralidade, pensando na assistência, na saúde, na educação e na segurança alimentar.

José Raimundo – Encaminhando para o final da nossa conversa, vimos que na pandemia houve um crescimento brutal da fome. Gostaríamos de te ouvir um pouco sobre como foi isso em Diadema. Não temos dados mais recentes, nem dados na escala municipal, por isso gostaríamos de saber como vocês observaram isso no território e se ainda há territórios enfrentando essa dificuldade da fome.

Luci – Na verdade, principalmente nesses últimos nove anos, nós acompanhamos o crescimento da exclusão no país. Mas infelizmente, por várias medidas econômicas e sociais a gente percebeu a volta da exclusão social e paralelamente a volta da fome aqui na cidade.

Além dessa questão econômica e social também nos deparamos com a pandemia. Infelizmente não estávamos preparados para isso, não só com relação ao abastecimento, mas marcou muito essa questão. Nossas reservas da CONAB passavam por um desmonte, não havia estoque de feijão, de arroz e o que sentimos aqui na cidade foi uma coisa de louco.

O Banco de Alimentos fechou na pandemia e era um momento em que ele tinha que estar trabalhando muito mais. A gente percebe que a gestão daquele momento³ não teve esse olhar e aqui do lado os produtores de Mogi estavam perdendo seus alimentos, porque não havia como entregar, e gerou uma crise de abastecimento. Para você ter uma ideia, tínhamos recursos do PAA em 2020, mas esse recurso ficou parado, não utilizaram. Em 2021, quando entramos a primeira coisa que fizemos foi utilizar esses recursos.

3. Referência à gestão de Lauro Michels Sobrinho (PV) que ficou à frente da prefeitura de Diadema entre 2013 e 2020.

Infelizmente algumas decisões, algumas políticas, acabam refletindo de forma muito avassaladora contra a população. Principalmente a parcela da população que mais necessita do poder público. Quando voltamos em 2021, a gente sentia que tinha um movimento aqui na cidade, porque a sociedade civil acabou assumindo um pouco essa responsabilidade de organizar campanhas e arrecadar alimento.

Dentro da saúde, foi criada uma campanha chamada Sua Vida Importa Pra Mim. No momento seguinte, quando começamos a fortalecer a relação com as organizações sociais para arrecadar alimentos a campanha passou a se chamar Sua Vida Importa Pra Mim e Sua Fome Me Incomoda.

Através da política de desenvolvimento econômico a prefeitura também criou estratégias para a geração de empregos, mas ainda identificamos situações de vulnerabilidade em algumas regiões da cidade, onde tentamos trabalhar não só por meio das políticas de segurança alimentar, mas de desenvolvimento econômico, de assistência social.

José Raimundo – Para finalizar vou fazer mais uma questão. Estamos em ano de eleição municipal e na sua fala você se colocou como uma gestora que também é militante. Acho que isso caracteriza a sua trajetória e é muito interessante e potente ver isso. Então, minha última pergunta é em torno da mobilização da população em torno desse tema.

Você poderia falar um pouco de quais são os desafios para mobilizar a população em torno das questões da alimentação, se vocês enfrentam esses desafios e como você avalia a mobilização da população em torno dessa temática?

Luci – Eu tenho a percepção de que as pessoas ainda não assumiram a alimentação como um direito.

Essa política de garantia do Direito Humano à Alimentação é uma coisa muito nova, tanto é que a nossa Constituição não trabalhou isso lá em 1988. Foi depois de muita luta que isso aconteceu, que a gente conseguiu inserir na nossa Constituição o direito humano à alimentação. Por conta disso, a população não aderiu ainda, não entende esse direito como um direito básico.

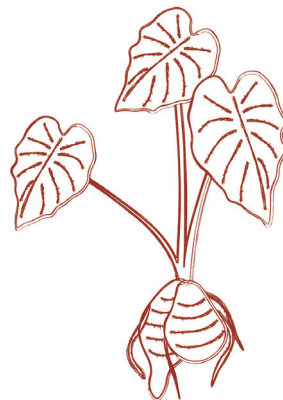
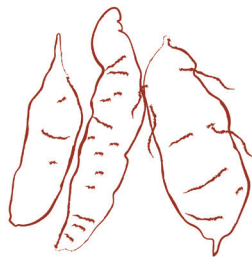
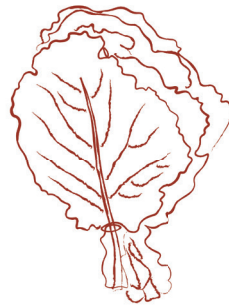
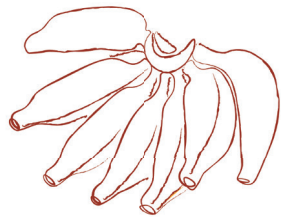
E o que temos em vista para esse ano aqui em Diadema? Como eu disse, estamos trabalhando na construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar. Estamos na fase do diagnóstico, vamos para as bases, para debater esse diagnóstico. E também para indicar o que devemos fazer nos próximos quatro anos, quais serão as metas, como vamos monitorar, o que podemos desenvolver no curto, médio e longo prazo. Essa é nossa forma de incentivar as pessoas a participarem e saberem desse direito tão importante. Não só as pessoas, mas as lideranças, as organizações sociais, que desenvolvem trabalhos no território, no dia a dia.

Mas não queremos trabalhar apenas com aqueles que estão excluídos. Por fim, recentemente implantamos uma feira agroecológica aqui na cidade, mas ainda não conseguimos fazer as pessoas irem para essa feira.

José Raimundo – Luci, muito obrigado pela entrevista.

Luciana Travassos – Muito obrigada, foi uma aula.





editores

PEDRO ROBERTO JACOBI

Professor Titular Senior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/IEE/USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA) e editor da Revista Ambiente e Sociedade. Presidente do Conselho do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade – América do Sul. Coordenador de sub-projeto de pesquisa no InCLINE.

LUCIANA TRAVASSOS

Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), no Bacharelado em Planejamento Territorial e na Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território. Pesquisadora do LaPlan. É arquiteta urbanista (FAU-USP) e doutora em Ciência Ambiental (PROCAM-USP).

ANDRÉ PASTI

Professor de Planejamento Territorial na UFABC. Doutor em Geografia Humana pela USP, geógrafo e mestre em Geografia pela Unicamp. Integrante do Interozoes e da AGB-Campinas, participa da Comissão Editorial do Boletim Campineiro de Geografia. Atua pela AGB no Fórum Nacional de Reforma Urbana. Ex-professor do Cotuca/Unicamp.

SANDRA MOMM

Professora associada da Universidade Federal do ABC, no Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento e Gestão do Território e no Global SPRING Network, rede de parceiros do mestrado internacional. Atua no campo do planejamento territorial com interface com mudanças climáticas, recursos hídricos, áreas protegidas. Atualmente interessada em temas relacionados com teorias, sistemas e práticas de planejamento, gênero e planejamento, transições e soluções baseadas na natureza e análises comparativas. É arquiteta urbanista (UFSC), mestre em Eng. Ambiental (FURB), doutora pelo PROCAM-USP e pós-doutora pela Technical University of Dortmund - Alemanha (2019).

PAULO DE ALMEIDA SINISGALLI

Professor Associado da Universidade de São Paulo. Graduado em Engenharia Civil e Sanitária pelo Instituto Mauá de Tecnologia, é mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM-USP, doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP, pós-doutor pela Universidade de Wageningen e livre docente pela USP. Possui pós-graduação pela Universidade Técnica de Dresden - Alemanha. É docente nos programas de pós-graduação em Ciência Ambiental e Modelagem de Sistemas Complexos, na USP. Atua nas áreas de Economia Ecológica e Gestão de Recursos Hídricos.

editores assistentes

IGOR MATHEUS SANTANA-CHAVES

É Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. É pesquisador do Laboratório de Planejamento Territorial (LabPlan). Foi pesquisador do temático MacroAmb (FAPESP), Pesquisador Colaborador do Projeto GovernÁgua - SARAS Institute - Inter-American Institute for Global Change Research.

ANA LIA LEONEL

Cientista Social (UFScar), Mestre e Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC, com pesquisa na área de planejamento ambiental. Associada ao Laboratório de Planejamento Territorial (LabPlan), integra os Grupos de Pesquisa CNPq "Campo do planejamento territorial" e "Território e natureza: planejamento e gestão". Pesquisadora do temático MacroAmb (FAPESP).

INGRID GRACES

Graduanda em Engenharia Ambiental e Urbana pela UFABC, com pesquisa sobre ordenamento territorial de Taboão da Serra e mobilidade urbana de São Paulo. Integrante do grupo de pesquisa "Território Praticado, Conjuntura e Tecnopolítica". Trabalha com modelagem de dados de emissões atmosféricas.

NATÁLIA TEIXEIRA NEVES

Graduanda em Ciências Biológicas e Ciência e Tecnologia pela UFABC. Realiza iniciação científica com macroalgas: catalogação e identificação de espécies do litoral de São Paulo. É integrante do Movimento de Mulheres Olga Benário da UFABC.

LETICIA FERREIRA DIAS

Graduanda em Engenharia Ambiental e Urbana e formada em Bacharelado Ciência e Tecnologia, pela UFABC. Técnica em química. É integrante da entidade Empreendedorismo social, na Enactus UFABC. Trabalha com sustentabilidade.

LYVIA FISHER

Mestranda em Planejamento e Gestão do Território (PGT) na UFABC, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - CAPES, graduada em Engenharia Ambiental e Urbana pela mesma universidade. Compõe o grupo de pesquisa que avalia os Impactos da COVID19 nos modos de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados (ICOLMA) no âmbito do PGT/UFABC, em parceria com os departamentos de planejamento territorial das Universidades de Cape Town, na África do Sul e Universidade de TU Dortmund, na Alemanha.

diagramação

MARINA RAGO MOREIRA

Arquiteta Urbanista (USP) e mestra em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Faz parte do grupo de pesquisa Ecologia Política, Planejamento e Território (eco.t) e do Laboratório Justiça Territorial (LabJuta).

QUEM FEZ ESSA EDIÇÃO?



..... editor convidado

JOSÉ RAIMUNDO SOUSA RIBEIRO JUNIOR

Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC. Possui bacharelado (2004) e licenciatura (2005), mestrado (2008) e doutorado (2016) em Geografia pela Universidade de São Paulo. Entre 2013 e 2014, realizou doutorado sanduíche no Center for Place, Culture and Politics (City University of New York) com apoio do convênio CAPES/FULBRIGHT. Entre 2019 e 2021, foi professor visitante do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), tendo atuado junto ao Centro de Práticas e Pesquisas em Alimentação e Nutrição Coletiva (CPPNAC). Desde janeiro de 2019, atua como representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção São Paulo) no Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMUSAN-SP).

..... autores

ADRIANA SALAY

É historiadora e pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública da USP. É doutora em História Social pela USP e foi professora visitante da Unicamp, na Faculdade de Engenharia de Alimentos. Comanda o projeto Quebrada Alimentada com o restaurante Mocotó, que promove assistência alimentar direta. É co-autora do livro Fome e Assistência Alimentar na Pandemia (2022).

ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS

É ativista alimentar e em direitos humanos. É Doutor em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Membro do COMUSAN-SP e do Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas para as relações com o Comitê de Segurança Alimentar da ONU.

BEATRIZ GOMES

Doutoranda em Economia Política Mundial - UFABC, Doutorado Sanduíche em andamento - Universidade de Guantánamo - Cuba. Mestre em Ciências Humanas e Sociais. Estuda a questão alimentar desde a graduação em Geografia. Professora de Geografia.

BRUNA ROCHA

Engenheira Agrônoma pela UNESP de Jaboticabal. Atualmente é mestranda em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS.

DIRCE MARIA LOBO MARCHIONI

Possui graduação em Nutrição (1985), mestrado em Saúde Pública (1999) e doutorado em Saúde Pública (2003), todos pela Universidade de São Paulo. Realizou Pós-doutorado na ENSP-Fiocruz e no Imperial College London e foi professor visitante na Politecnica di Milano. Atualmente é professora Titular da Universidade de São Paulo. É coordenadora do INCT Combate à Fome (CNPq). Tem experiência na área de Epidemiologia Nutricional, com ênfase em Consumo Alimentar, atuando principalmente nos seguintes temas: consumo alimentar, dieta, dieta sustentável, recomendações dietéticas, consumo de alimentos e saúde, sistemas alimentares e segurança alimentar.

ERICK BRIGANTE DEL PORTO

Gerente de Projeto da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), é bacharel em Ciências Econômicas e mestre em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp.

GABRIEL MACHADO

Possui graduação em Ciências e Humanidades, Planejamento Territorial e em Filosofia pela UFABC. Atualmente é mestrando do PGT/UFABC e TT-3 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo no projeto Impacto da COVID-19 no modo de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados (ICOLMA), linha de fomento Trans-Atlantic Platform for the Social Sciences and Humanities e é pesquisador da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Planejamento Urbano-Rural e Regional, integrando pesquisas nas universidades UFABC USP (BRASIL) / UNAM UAEM (México) / USF (Escócia) / TU Dortmund (Alemanha) / UCT (África do Sul).

JULIA RENSI

Professora do curso Relações Internacionais na Universidade Potiguar (UnP). Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, com Bolsa da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

LILIAN RAHAL

É Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), graduada em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Unicamp.

LIVIA CANGIANO ANTIPON

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos Fapesp: 2019/13511-0; 2020/08011-8). Pesquisa as situações alimentares urbanas em São Luís (Maranhão) e compõe o Grupo de Trabalho da Associação dos Geógrafos Brasileiros (seção São Paulo) sobre Questões Alimentares. Realizou seu estágio doutoral no Center for Place, Culture and Politics na City University of New York (CUNY – Graduate Center).

LUCI APARECIDA ULIANA SERRA

Trabalha na administração pública municipal de Diadema há mais de 25 anos. Sua contribuição é na execução de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, na coordenação de várias ações e programas de Segurança Alimentar. Formada em Gestão Pública e com formação de Técnica em Agropecuária.

LUIZ CARLOS BEDUSCHI

Oficial Principal de Políticas em Desenvolvimento Rural da FAO/ONU para a América Latina e o Caribe. É Engenheiro Agrônomo, com Mestrado e Doutorado em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo. Antes de ingressar na FAO, foi Professor Associado nesta Universidade, onde coordenou o Programa de Doutorado em Ciência Ambiental e foi Chefe da Divisão Científica de Ciência, Gestão e Tecnologia Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente. Conta com mais de 25 anos de experiência em desenho, execução e avaliação de projetos, programas e políticas relacionados a segurança alimentar, desenvolvimento rural e governança ambiental. É o coordenador do Programa de Transformação Rural da FAO na região, com foco na construção de sociedades rurais mais prósperas, inclusivas e sustentáveis.

MÁRCIA MUCHAGATA

Gerente de Projeto da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Ph.D. em Estudos do Desenvolvimento pela University of East Anglia, M.Sc em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela mesma instituição e Engenheira Agrônoma pela Esalq/USP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5376-3058>

MARCO TORESIN

É fotógrafo desde 2010 e atua como Diretor na Sabi Filmes. Sempre teve vontade de retratar as pessoas e suas histórias por meio do audiovisual e nesse projeto do filme "Vida em Mutirão" teve a oportunidade de conviver por algum tempo com as mulheres da RAMA e contar com essas imagens um pouco da história de vida delas.

MARÍA IGNACIA HADAD PLATE

É especialista em análise econômica e políticas públicas no Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. É engenheira comercial e tem mestrado em Economia e Políticas Públicas. Tem mais de sete anos de experiência em avaliação e análise de políticas públicas, em diferentes instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, em questões relacionadas à pobreza e vulnerabilidade, seguridade social e desenvolvimento rural.

MARIA LUCIA BELLENZANI

É engenheira agrônoma e doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC, com pesquisa intitulada: "Paisagem e Território na Macrometrópole Paulista: revelando o rural metropolitano".

MARÍLIA SANTANA

Trabalha como produtora audiovisual na Sabi Filmes, mas também é pesquisadora da história da alimentação. Desde 2017 participa do Grupo de Consumo Responsável CAUS (Conexão Agroecológica Urbana Social) e da Rede EsparRAMA (Rede de grupos de consumo de São Paulo) que atua para fortalecer a Conexão Campo-Cidade junto com as mulheres agricultoras da RAMA.

PABLO VIEIRA

Bacharel em Artes Visuais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e pós-graduado em Efeitos Visuais pelo Centro Universitário Senac. Vive e trabalha em São Paulo. Foi integrante da dupla de artistas associação massa falida (desde 2012), com o qual destaca-se a participação do programa de residência Internacional 2016 J.A.C.A (Nova Lima, MG), Programa de Residência Artística Tofiq House 2015 (São Paulo, SP) e da 7 edição da Red Bull House of Art em 2014 (São Paulo, SP). Desde 2010 trabalha como assistente para diversos artistas contemporâneos e já participou de montagens de exposições nos principais museus e galerias do Brasil. Faz parte do coletivo Birico, grupo de artistas organizado no território do centro de São Paulo conhecido como Cracolândia.

RICARDO ABRAMOVAY

Professor titular da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública e professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. Fez sua carreira acadêmica no Departamento de Economia da FEA/USP, onde se tornou professor titular em 2001. É autor de Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Ed. Elefante, 2022) e Amazônia. Por uma Economia do Conhecimento da Natureza (Ed. Elefante, 2020). Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão (Edusp), Muito Além da Economia Verde (Planeta Sustentável) e Lixo Zero: Gestão de Resíduos Sólidos para uma Sociedade mais Próspera. É coautor líder do capítulo sobre bioeconomia do Painel Científico sobre Amazônia.

ROBERTA MORAES CURAN

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada ESALQ/CENA, estudando sistemas agroalimentares mais sustentáveis e democráticos. É Mestre pelo programa Humboldt Universität zu Berlin, no Departamento de Food and Agriculture Policy, onde também atuou em 2022 como pesquisadora visitante. Engenharia Ambiental, membro do Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas - AGREMAL. Mãe do Milton.

THIAGO LIMA

Professor Associado do Departamento de Relações Internacionais da UFPB. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da UFPB. Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Coorganizou, com Marcelo Fernandes de Oliveira, o livro Política Externa Brasileira e Combate à Fome: lições do passado, perspectivas para o futuro (Cultura Acadêmica, 2023).

REALIZAÇÃO



